



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

DIANA LÚCIA GONZAGA DA SILVA

**MUDANÇAS NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL:
IMPLICAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA BAIANA NO PERÍODO 1996-2006**

SALVADOR

2008

DIANA LÚCIA GONZAGA DA SILVA

**MUDANÇAS NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL:
IMPLICAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA BAIANA NO PERÍODO 1996-2006**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito final à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco.

SALVADOR

2008

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

S586 Silva, Diana Lúcia Gonzaga da.
Mudanças na política de desenvolvimento regional no Brasil: implicações sobre a indústria baiana no período 1996-2006. / Diana Lúcia Gonzaga da Silva. – Salvador, 2008.
81p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) –
Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco.

1. Indústria de transformação da Bahia. 2. Economia baiana. 3. Concentração industrial regional. 4. Abertura comercial. 5. Reestruturação produtiva. I. Silva, Diana Lúcia Gonzaga da. II. Balanco, Paulo Antônio de Freitas. III. Título

CDD – 338.9

DIANA LÚCIA GONZAGA DA SILVA

MUDANÇAS NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL:
IMPLICAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA BAIANA NO PERÍODO 1996-2006

Aprovada em 05 de dezembro de 2008.

Orientador: _____

Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco
Faculdade de Economia da UFBA

Gustavo Casseb Pessoti
Prof. Ms. de Economia da
UNIFACS

Lívio Andrade Wanderley
Prof. Dr. da Faculdade de Economia
da UFBA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma estiveram presentes neste trabalho seja através de contribuições diretas ou até mesmo indiretamente me enviando vibrações positivas a todo o momento, ou aliviando minhas inquietações e torcendo pela realização de um bom trabalho.

Primeiramente queria agradecer à singular energia superior, que se faz presente em todos os momentos de nossa vida e nos ampara naqueles mais difíceis. Agradeço a minha família pela inestimável formação social que puderam me oferecer, agregando à minha educação noções de moral e ética que acredito ser a base para qualquer sociedade bem estabelecida, além do ambiente estimulante ao esforço e ao aprendizado que acredito ter sido amplamente importante nesta estrada percorrida.

Agradeço ainda ao meu professor orientador pelo acompanhamento do trabalho e pela paciência e atenção destinada ao mesmo, além da preciosa contribuição que pôde ser agregada ao longo do processo.

Por fim, quero agradecer a todos os amigos, colegas e presentes que estiveram mais próximos não só neste momento, mas em boa parte de minha caminhada na academia e até mesmo fora dela. Também àqueles professores e funcionários da faculdade que souberam se mostrar receptivos às dúvidas e dificuldades diversas apresentadas por mim.

RESUMO

Em face dos movimentos internacionais recentes, pós-1980, com a emergência de uma nova dinâmica capitalista global difundida a partir de transformações no âmbito político-ideológico, financeiro e produtivo, surge a necessidade de se tentar perceber o modo ao qual as estruturas produtivas industriais locais vão se adequar a este novo paradigma vigente. No Brasil, percebe-se um arrefecimento do processo de desconcentração industrial regional, que tinha sido iniciado na década de 1970 e consolidado as matrizes produtivas de localidades periféricas. A partir de tais fundamentações, tentou-se compreender o comportamento estrutural recente da indústria de transformação da Bahia em sua inserção regional e nacional diante destes novos condicionantes, utilizando-se de algumas medidas regionais de localização e especialização com este objetivo. Tomando o Valor de Transformação Industrial como a variável-base, os resultados apresentados indicaram um provável e moderado processo de reestruturação pelo qual vem passando a indústria baiana, no qual emergem novos vetores de expansão industrial, além de sugerirem uma elevação no peso da produção de bens finais. Esta nova caracterização tenta romper com o perfil de complementaridade em relação à indústria do eixo econômico dominante do país, a região Centro-Sul. Entretanto, constata-se que este leve processo de transformações ainda em vigor, não vem sendo capaz de desconcentrar o grosso do VTI gerado pela indústria do estado, e, portanto, mantém a dependência setorial e comercial desta estrutura subordinada a pouco mais de dois segmentos que marcam, desta forma, a inserção competitiva desta localidade nos diversos âmbitos espaciais.

Palavras-chave: Indústria de transformação da Bahia. Economia baiana. Desequilíbrios industriais regionais. Concentração e desconcentração industrial regional. Abertura comercial brasileira. Papel do Estado. Reestruturação produtiva. Inserção regional e nacional.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 –	Composição Setorial do PIB da Bahia (%)	41
Tabela 2 –	Participação de segmentos selecionados no VTI da Bahia: 1996-2002 (%)	50
Tabela 3 –	VTI da Indústria de Transformação: BA, NE e BR – 1996/2006	51
Quadro 1 –	Medidas de localização e de especialização	54
Tabela 4 –	Indústria de Transformação Bahia/Brasil: Participação (%) de segmentos selecionados no VTI setorial nacional	57
Tabela 5 –	Indústria de Transformação Bahia/Nordeste: Participação (%) de segmentos selecionados no VTI setorial regional	58
Tabela 6 –	Distribuição percentual de segmentos selecionados no VTI da Indústria de Transformação da Bahia	59
Tabela 7 –	Valor de Transformação Industrial (2006): BA; NE e BR – (Mil Reais)	61
Tabela 8 –	Quociente locacional: Bahia/Nordeste (segmentos selecionados)	62
Tabela 9 –	Quociente locacional: Bahia/Brasil (segmentos selecionados)	64
Tabela 10 –	Coefficiente de Especialização: Indústria de Transformação BA/NE e BA/BR	66
Tabela 11 –	Coefficiente de Reestruturação: Indústria de Transformação - BA; NE e BR	68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO RECENTE E AS DESIGUALDADES PRODUTIVAS INDUSTRIAIS	11
2.1	O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: UMA VISÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	13
2.1.1	O Novo Papel do Estado	18
2.2	O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA INDUSTRIAL REGIONAL	22
2.3	MUDANÇAS DO CAPITALISMO NO PÓS 1990 E CONSEQUÊNCIAS SOBRE A CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL	29
3	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BAIANO NO SÉCULO XX	36
3.1	CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA: PERFIL E INTEGRAÇÃO	37
3.2	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA NO PÓS-1980: EVOLUÇÃO RECENTE	42
4	ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA: 1996 – 2006	53
4.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS	53
4.2	BREVE CARACTERIZAÇÃO DA COMPOSIÇÃO E INSERÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA NO CENÁRIO REGIONAL E NACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO VTI (1996-2006)	56
4.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
4.3.1	Quociente locacional: Identificação de segmentos básicos e não básicos	61
4.3.2	Coefficiente de especialização e grau de especialização industrial da Bahia	65
4.3.3	Coefficiente de reestruturação e modificações na composição setorial industrial da Bahia	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICES	79

1 INTRODUÇÃO

Diante da nova dinâmica mundial emergente no pós década de 1980, com as mudanças ocorridas tanto no âmbito político-ideológico quanto no econômico, com o surgimento de novos paradigmas tecnológicos articulados a um processo de reestruturação produtiva de forte influência sobre as estruturas produtivas de cada localidade, surge a necessidade de se entender de que forma tais transformações passam a ser determinantes ou condicionantes das atividades industriais estabelecidas até aquele período em quase todas as regiões e espaços brasileiros, a partir da consolidação de suas matrizes industriais com base no Modelo de Substituição de Importações, encaminhando através de um Estado Nacional-Desenvolvimentista planejador.

A partir de um longo processo de industrialização promovido pelo Estado Nacional Desenvolvimentista através de políticas de desenvolvimento regional, tais como a criação de instituições regionais específicas como a SUDENE e o BNB, articulado no pós-1970 a um processo de desconcentração industrial em direção às regiões periféricas nacionais, o estado da Bahia conseguiu romper com um importante “enigma industrial”, embora persistam outros, e consolidar-se na década de 1980 como uma economia industrial. Entretanto, esse processo conformou uma estrutura industrial altamente concentrada setorialmente (química e petroquímica) e espacialmente (na grande RMS) e, portanto, altamente dependente da dinâmica do eixo centro-sul do país, tendo em vista seu perfil complementar a este centro dominante ao compor uma estrutura centrada em bens intermediários.

Diante da retirada do Estado planejador, no pós-1980, responsável pelas políticas de desenvolvimento regional, e do arrefecimento no processo de desconcentração industrial anterior, houve um processo de substituição desta forma de articulação política pela descentralização das decisões antes tomadas no âmbito Federal. Este processo culminou na conhecida “guerra fiscal” travada entre as unidades federativas em busca da atração de uma maior quantidade de projetos de investimentos para seus respectivos estados. Neste movimento, o estado baiano conseguiu atrair uma série de empreendimentos que vão moldar uma composição diferenciada em sua estrutura industrial.

Desta forma, este estudo pretende compreender a dinâmica estrutural da indústria de transformação do estado da Bahia, entre 1996 e 2006, articulada a todos esses movimentos norteadores da dinâmica mundial recente e suas repercussões mais diretas para as estruturas produtivas de âmbito local, inseridas em suas relações comerciais em espaços mais amplos. Assim, tomando-se a indústria de transformação baiana e seus principais segmentos selecionados, em sua inserção regional (NE) e nacional, no período referido, serão utilizadas algumas medidas regionais de localização e especialização visando identificar possíveis mudanças em padrões setoriais de concentração e grau de especialização, e, ao mesmo tempo, possíveis processos de reestruturação presentes em tal estrutura industrial neste contexto.

Os indicadores utilizados serão o Quociente Locacional (QL_{ij}), o Coeficiente de Especialização (CE_j) e o Coeficiente de Reestruturação (CT_j), cuja variável base adotada será o Valor de Transformação Industrial (VTI) fornecido pelo IBGE.

Desta forma, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória visando compor um quadro referencial teórico particular, para fundamentar as análises empíricas posteriores a partir da apreensão dos resultados mostrados pelos indicadores escolhidos para este estudo. A partir de tal fundamentação, pretende-se apreender os efeitos das diversas mudanças estruturais globais recentes sobre as estruturas produtivas locais, se realmente existiram, tendo como objeto de estudo a indústria de transformação do estado da Bahia.

Portanto, este trabalho é composto, além desta introdução, de mais quatro capítulos distribuídos em outras subseções específicas. Esta seção introdutória, de caráter mais geral, identifica as principais questões pertinentes a este estudo.

O segundo capítulo envolve as questões teóricas mais gerais a partir da identificação dos processos de formação industrial regional e consolidação das desigualdades entre as mesmas estruturas formadas, tendo por base a análise do processo de concentração e desconcentração industrial regional e de suas repercussões nas diversas estruturas produtivas de espaços locais. Abordará ainda questões políticas sobre as distintas concepções ideológicas e estruturas de poder do Estado Nacional brasileiro em harmonia com o comportamento internacional, e suas repercussões sobre os instrumentos de políticas econômicas adotados, em especial as políticas regionais.

O terceiro capítulo deste trabalho buscará apresentar uma síntese histórica da dinâmica econômica da Bahia, nas últimas décadas, com enfoque especial para a formação e consolidação industrial deste estado e as principais características desta indústria montada. Apresentará ainda o comportamento recente desta indústria, visando ressaltar de que forma esta estrutura vem se articulando em face dos novos fatores que emergem no cenário econômico mundial.

O quarto capítulo, um dos mais importantes deste estudo, busca apresentar os principais resultados expressos pelos indicadores regionais utilizados e suas inferências fundamentais para a identificação de possíveis mudanças no padrão industrial baiano e em sua inserção regional e nacional.

Por fim, o último capítulo, das considerações finais, apresentará as análises dos resultados encontrados neste trabalho em conformidade com a contextualização histórica que fundamenta este estudo e suas possíveis contribuições para a recente caracterização da estrutura industrial baiana e sua dinâmica na economia do estado.

2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO RECENTE E AS DESIGUALDADES PRODUTIVAS INDUSTRIAIS

Os movimentos produtivos regionais ocorridos na economia brasileira nas últimas décadas originaram-se, ou até mesmo fazem parte, de um processo histórico maior que definiu as características socioeconômicas centrais do país como um todo, e, ao mesmo tempo, orientou as especificidades regionais que foram se desenvolvendo, a partir das relações histórico-econômicas aqui estabelecidas dentro de uma dinâmica externa na qual o país estava inserido.

Uma vez definido o caráter histórico orientador das principais especificidades regionais em termos de relações produtivas e sociais, ressalta-se que a economia regional brasileira passou por um longo período de ciclos econômicos, em sua maior parte vinculados ao sistema colonial vigente no Brasil, que foram formatando o processo de desenvolvimento produtivo diferenciado entre os atuais espaços regionais do país.

Tendo em mente os vários ciclos produtivos que foram desenvolvidos regionalmente na economia brasileira, pode ser percebido o processo pelo qual as relações capitalistas se difundiram no território brasileiro, definindo as atuais heterogeneidades espaciais nas diversas regiões do país. Assim, evidencia-se que

desde o período do extrativismo no litoral após o Descobrimento, houve diversos ciclos econômicos com contrapartidas regionais específicas, entre os quais se destacam, apenas para citar os mais expressivos: o ciclo da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina, nos séculos 16 e 17; o ciclo do ouro em Minas Gerais, com ápice no século 18; o ciclo da borracha na Amazônia, no final do século 19 e início do século 20; e o ciclo do café na região Sudeste, a partir de meados do século 19. Como desdobramento do ciclo do café, observou-se a formação da indústria nacional, com a conseqüente concentração econômica na região Sudeste ao longo do século 20 (SIQUEIRA; SIFFERT FILHO, 2001, p. 82).

Portanto, foi a partir daquele último ciclo (café, séc. XIX-XX) que se estabeleceu a atual dinâmica industrial regional sobre a qual se desenvolveram as recentes estruturas industriais regionalmente diferenciadas e desigualmente distribuídas. Esta formatação das economias regionais teve, portanto, sua definição completa na transição que se deu na economia brasileira, de um modelo agrário-exportador para outro urbano-industrial, ao longo da

segunda metade do século XIX e do século XX, que acabou centralizando as atividades industriais nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (NASSER, 2000).

Um importante protagonista, no contexto recente, do processo de formatação das estruturas industriais regionais é o Estado Intervencionista, particularmente a partir de 1930 com o Processo de Substituição de Importações que favorecia, inicialmente, somente ao eixo Centro-Sul do país, mas, que nas décadas posteriores passou a atuar com as políticas regionalizadas beneficiando quase todas as regiões, em especial aquelas que foram historicamente excluídas de sua zona de ação.

O mapa das desigualdades produtivas regionais no Brasil foi definido, de forma bastante precisa, por Guimarães Neto, da seguinte maneira:

a presença, no território nacional, de uma grande região na qual estão localizadas as atividades estratégicas, e que tem, no seu entorno, regiões periféricas, de diferentes níveis e com diferentes graus de complexidade econômica, nas quais se consolidaram, mais recentemente, sobretudo no interior de um processo de desconcentração de pouca duração, algumas especializações, as quais, pouco a pouco, se constituíram nas atividades que, presentemente, explicam a dinâmica dessas economias regionais (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 53).

Assim, destacam-se os processos recentes de evolução das desigualdades produtivas regionais, em particular as industriais, consolidados em suas distintas fases. Estas fases são caracterizadas pelos seguintes movimentos: (a) concentração histórica inicial (mais profundamente a partir de 1930) no eixo mais dinâmico do país, o eixo Centro-Sul, tendo como carro chefe o estado de São Paulo; (b) desconcentração industrial regional pós-70 (a partir de finais de 1960); e, (c) esgotamento do processo de desconcentração pós-80. Estes processos estariam articulados a uma série de fatores que serão detalhados, na análise que se segue, nos próximos tópicos.

2.1 O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: UMA VISÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

As estruturas econômicas regionais brasileiras têm passado por uma série de significativas mudanças, nas últimas décadas, o que em grande parte se justifica pela ação ativa do Estado Nacional através de vários instrumentos de políticas e planejamento econômico adotados em diferentes momentos e objetivos de governo.

Sabe-se que na década de 1930 foi implantado, através da ação pública, um Processo de Substituição de Importações (PSI), impulsionado pela crise de abastecimento nos mercados mundiais em decorrência da desordem da economia capitalista (crise de 1929 e pós-guerra), que objetivava produzir internamente aquelas mercadorias até então fornecidas pelo mercado externo, visando romper com a dependência que se tinha nestas linhas de produção, dado o contexto histórico de crise econômica vigente. A atuação governamental deslocava os excedentes gerados pelos setores exportadores para o financiamento da indústria nascente. A partir de tal processo pode-se afirmar que foi dado início a um processo de industrialização efetiva na economia brasileira, com base na produção de bens de consumo finais, tendo como seu epicentro o eixo Centro-Sul do país.

Nesse processo, é conhecido que a ação intervencionista do Estado teve seus benefícios limitados a uma dada região, em oposição às demais regiões que acabaram consolidando seus atrasos relativos em relação ao eixo dinâmico formado. É nesse período, portanto que emergem as políticas de desenvolvimento industrial e consolidação do mercado interno, particularmente através do Modelo de Substituição de Importações, que definiram um Estado produtor e planejador, onde, “na verdade, o Estado, ao reforçar e consolidar o mercado interno, ampliou e consolidou a posição hegemônica de São Paulo como centro dinâmico da economia nacional” (BALANCO; BUSATO; PINTO, 2006, p. 21).

Tendo por parâmetro a formatação do perfil de Estado Intervencionista na economia brasileira, particularmente no pós-1950, caracteriza-se que

a análise dos resultados das políticas regionais exige pelo menos a avaliação de quatro grandes blocos de políticas ou ações que atuaram de forma simultânea: a construção de Brasília e seu papel como nóculo do sistema de transportes rodoviários; os incentivos fiscais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; a construção da infra-estrutura e; os investimentos produtivos através das empresas estatais (DINIZ, 2001, p. 13).

Assim, com a década de 1950, ainda no âmbito do Modelo de Substituição de Importações articulado com os ideais “cepalistas”¹ o que se tinha era a representação político-ideológica de um Estado Nacional Desenvolvimentista, um Estado planejador, que passava a orientar uma série de investimentos visando unificar o mercado nacional, via investimentos em infra-estrutura de transportes, telecomunicações e oferta energética, proporcionando um processo de integração regional, especialmente ao longo da fronteira agrícola e promovendo a industrialização de base objetivada por estas estratégias desenvolvimentistas do governo central (BALANCO; SANTANA, 2007; DINIZ, 1993, SICSÚ; DE PAULA; MICHEL, 2007).

Neste sentido, alguns autores chegaram a afirmar que o Brasil foi um dos países mais bem sucedidos no âmbito dos programas de industrialização por substituição de importações, baseados “na estratégia nacional-desenvolvimentista, ao lograr êxito no seu processo de industrialização pesada” (SICSÚ; DE PAULA; MICHEL 2007, p. 514), o que pode ser justificado, neste período, pela ação do “Estado, como planejador, sustentador financeiro dos grandes blocos de investimento e produtor direto de insumos básicos e infra-estrutura (...)” (SICSÚ; DE PAULA; MICHEL, 2007, p. 514-515).

Todavia, embora a partir da década de 50 já se possa falar em uma pequena integração produtiva regional, construída a partir das políticas públicas, especialmente em setores intensivos em recursos naturais, não se pode afirmar o mesmo com relação às estruturas industriais, uma vez que somente a partir da década de 1970, no âmbito das políticas regionalizadas de desconcentração industrial, que se configura uma estruturação industrial integrada nacionalmente, baseada na complementaridade setorial, o que Pacheco (1996) chamou de “solidariedade regional”.

¹ Ideais originados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), escola estruturalista do pensamento econômico periférico, que teve entre seus principais ideólogos Raul Prebisch e Celso Furtado, propunham um modelo de desenvolvimento para os países periféricos latino-americanos baseado na industrialização como meio de superar a pobreza ou minimizar as diferenças estruturais com relação aos países do centro capitalista.

Assim, na década de 50, com os esforços de industrialização na esfera do Plano de Metas (1956/61) do governo JK (Juscelino Kubitschek) e com o projeto de construção de Brasília (a nova capital federal) ensejando um grande estímulo, por parte das políticas da União, à ampliação da integração nacional, houve uma interiorização dos espaços nacionais incentivando uma expansão da fronteira agrícola, ao mesmo tempo em que contribuiu para o aumento de fluxos migratórios no país e preparou as bases para a realização de um processo de desconcentração industrial posterior (CANO, 1997; SIQUEIRA; SIFFERT FILHO, 2001).

Entre finais da década de 50 e ao longo da década de 1960, diante da expressiva disparidade socioeconômica regional existente entre as regiões Nordeste e Norte relativamente às regiões do eixo Centro-Sul do país, passam a surgir instituições públicas de apoio ao desenvolvimento regional visando atenuar estes desequilíbrios existentes, a partir da nascente idéia de planejamento regional. Surgem neste panorama: a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) com o sistema 34/18, combinando incentivos fiscais e financeiros, para o desenvolvimento do Nordeste, em 1959, tendo por base os relatórios do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1956, que representou a primeira interpretação teórica para as desigualdades regionais brasileiras; a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em 1966; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952; o sistema de incentivos para a criação da Zona Franca de Manaus (1957), e, posteriormente, a sua reformulação com a criação da SUFRAMA (Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus), em 1967 (CANO, 1997; CAVALCANTE; MACÊDO, 2003; DINIZ, 1995; DINIZ, 2001; NASSER, 2000; SIQUEIRA; SIFFERT FILHO, 2001).

Entretanto, devem ser feitas algumas ressalvas com relação à constituição de órgãos regionais, particularmente a SUDENE, pois, embora os incentivos proporcionados pelo órgão tivessem viabilizado a implantação de projetos industriais diversos em vários estados nordestinos, voltados para o mercado local, nacional e para exportação, os objetivos originais perseguidos pelo órgão foram se perdendo ao longo do caminho, tendo em vista que já integrava as estratégias e ideais das forças políticas da burguesia industrial nacional dominante, associada aos interesses externos, em que pesem as críticas que são feitas à forma de concessão dos incentivos, ao seu uso inadequado, as divulgações de desvio de recursos e a corrupção, o que

debilitou, ou desviou, a atuação do órgão em relação aos objetivos antes perseguidos (DINIZ, 1995; DINIZ, 2001; OLIVEIRA, 1977).

Essa frustração com relação ao projeto original da SUDENE permitiu concluir que, embora tais incentivos regionais tivessem significativa importância na atração de um grande número de projetos para a região Nordeste, essa política não conseguiu reverter a posição de atraso relativo da região Nordeste, devido à presença de conflito de interesses dentro dos programas de incentivos regionais (CAVALCANTE; MACÊDO, 2003; DINIZ, 2001).

Com a chegada da década de 1970, período de maior importância para o processo de desconcentração industrial regional e consolidação da matriz industrial nacional, destacam-se os incentivos e investimentos no âmbito do II PND (1974-1979) com o objetivo de formatar o acabamento da estrutura industrial brasileira, completando as cadeias produtivas, substituir a importação de insumos básicos e bens de capital e contornar os problemas cambiais decorrentes da crise do petróleo. Assim, em atendimento às metas desse plano de desenvolvimento ocorreu uma série de investimentos industriais setoriais pelas empresas controladas pelo governo federal, as empresas estatais, que impuseram maior uso das bases periféricas de recurso naturais (aço, petróleo, fosfato, potássio, papel e celulose, petroquímica, carvão, mineração, titânio, cobre, cloroquímica, álcool, eletricidade, entre outros), transformando as estruturas produtivas e de exportação, e, fomentando o processo de desconcentração regional (BALANCO; BUSATO; PINTO, 2006; CANO, 1997; DINIZ, 1995; PACHECO, 1996).

Neste mesmo contexto, patrocinado por políticas de âmbito nacional que não se limitavam aos programas de incentivos regionais existentes, assistiu-se a um esforço do setor público apoiando a formação de pólos econômicos que proporcionassem a diversificação produtiva e dinamizassem as economias regionais. Essa política de desenvolvimento baseada em “distritos industriais”, com a formação de complexos industriais, articulada com a política de produção de insumos básicos e de substituição de suas importações (II PND), visando completar as cadeias produtivas, resultou na implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, e, posteriormente, no florescimento de vários desses distritos nas proximidades das regiões metropolitanas (DINIZ, 1995; GUIMARÃES NETO, 1997; SIQUEIRA; SIFFERT FILHO, 2001).

Assim, embora a decisão local da distribuição dessa matriz setorial de investimentos, vinculados ao II PND, tenha sido orientada por um conjunto de critérios políticos, isto não esclarece o fato de que, “seja por razões técnicas ou políticas, a maioria dos investimentos foi realizada fora do estado de São Paulo, e distribuída por vários estados e regiões brasileiras, contribuindo para a desconcentração relativa da indústria” (DINIZ, 1995, p. 8).

Ainda na década de 1970, surge o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) – 1974, operado pelo BNB, que iria compor o Sistema FINOR, juntamente com um conjunto de incentivos fiscais e financeiros. O FINOR era considerado um desdobramento do FIDENE (Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste), fundo que fora constituído para a SUDENE, e tinha como objetivo fornecer apoio financeiro a empreendimentos no Nordeste. Na década seguinte, surge, no âmbito da Constituição Federal de 1988, o Fundo Constitucional para o Desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A extinção da SUDENE, em 2001, traz em seu bojo a criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) que substituiu o FINOR (CAVALCANTE; MACÊDO, 2003; DINIZ, 1995; SIQUEIRA; SIFFERT FILHO, 2001).

Em finais da década de 1980 considera-se que houve um esgotamento do perfil de Estado Nacional-Desenvolvimentista, que teve origem no Modelo de Substituição de Importações adotado no país, resultando na falência do planejamento estatal consubstanciado nas políticas regionais identificadas. Entretanto, com relação à falência do Estado Nacional-Desenvolvimentista planejador brasileiro, percebeu-se que

(...) o último estágio de vigência do nacional-desenvolvimentismo foi marcado por um processo de integração das regiões brasileiras ao centro dinâmico da economia, sobretudo a região Sudeste. Como resultado, verificou-se uma ampliação particularmente da industrialização da região Nordeste, com desconcentração dessa atividade em relação ao Sul/Sudeste. Entretanto, essa integração ocorreu mediante a constituição de uma divisão nacional do trabalho, de tal forma a especializar os estados do Nordeste como fornecedores de matérias-primas e de bens intermediários para as regiões economicamente centrais do país. (...) Essa integração “desarmônica” entre os estados acabou resultando em ampliação da dependência das chamadas regiões atrasadas, dentre elas a região Nordeste, em relação ao centro desenvolvido nacional (BALANCO; SANTANA, 2007, p. 90).

Portanto, percebe-se que embora a postura adotada pelo Estado interventor brasileiro, nos períodos avaliados, tenha sido considerada, por muitos estudiosos da economia brasileira, como de extrema necessidade para o padrão de desenvolvimento até então alcançado pelo país,

(...) a ação governamental foi significativa, sem no entanto redefinir, até o presente, no território nacional, uma estrutura espacial diferente da polarização consolidada a partir da industrialização pesada (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 44).

Por fim, nota-se que, embora positivos, os resultados das políticas públicas do Estado Intervencionista Brasileiro foram, de um modo geral, insuficientes para compor uma nova configuração das estruturas produtivas regionais de modo a redefinir a tipologia de relações econômicas que são estabelecidas entre as mesmas.

2.1.1 O Novo Papel do Estado

Sabe-se que desde meados da década de 1980, novos rumos passam a orientar a dinâmica da economia brasileira, a partir da redefinição do papel até então adotado pelo Estado brasileiro, em consonância com os movimentos observados no cenário internacional que resultaram em uma nova ordem capitalista global. Este contexto traz amplas repercussões para as economias de todo o mundo, especialmente para as “periféricas”, o que se desdobrou em transformações tanto nos âmbitos político-econômicos e financeiros quanto na esfera produtiva.

A par de uma nova roupagem político-ideológica – o Neoliberalismo - que surge na Europa em finais da década de 1970, muito embora tenha sua experiência inicial e fundamentação no Governo Pinochet no Chile, e se expande pelo mundo, tornando-se hegemônica na nova ordem capitalista vigente, o governo brasileiro passa adotar uma nova postura perante sua população, o que significou o desmonte do Estado Nacional Desenvolvimentista que havia estruturado o modelo de desenvolvimento brasileiro nas décadas anteriores.

Vale ressaltar que essa roupagem ideológica emergente no cenário internacional, em finais da década de 70, foi caracterizada, nos países periféricos, a partir da articulação de interesses de países e organismos hegemônicos em relação aos mesmos. Desse modo,

na periferia do sistema, as políticas neoliberais foram consolidadas pelo Consenso de Washington, cuja agenda pode ser resumida pelos seguintes pontos: combate à inflação através de planos de estabilização alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; abertura da economia, com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros; e, adicionalmente, as chamadas reformas estruturais do Estado – com destaque para a privatização - e da economia, com a quebra dos monopólios estatais (FILGUEIRAS, 2006, p. 58).

Assim, surge um “Novo Estado” na economia brasileira, com sua postura sendo consolidada definitivamente pelos governos que se seguem a partir da década de 1990, tendo por objetivo a estabilidade macroeconômica, com o equilíbrio monetário, fiscal e externo. Esse “Novo Estado” tem, entre suas principais características, o papel de priorizar as questões de curto prazo, tais como a estabilidade da moeda, em detrimento dos fatores de desdobramento a prazos mais distantes. Portanto, os governos nacionais de todo o mundo passam a estar subordinados à lógica definida pelos ditames da modelagem político-ideológica dominante, e,

a decorrência dessa visão se expressa, do ponto de vista econômico, na recusa em aceitar o exercício de políticas ativas por parte do Estado; quer sejam macroeconômicas, no sentido de estimular em geral a atividade produtiva e o emprego, quer sejam políticas setoriais (industrial, por exemplo) e regionais. (...) Por isso, o objetivo maior, e quase que único, da política econômica deve ser o de defender a moeda, assegurando a estabilidade dos preços, e garantir o cumprimento dos contratos e da “livre concorrência” (FILGUEIRAS, 2006, p. 45).

Entende-se por “Novo papel do Estado” a caracterização de um governo nacional preocupado em somente atender às exigências que lhe são ditadas pela dinâmica capitalista internacional, com o objetivo de se alcançar a “desregulação” econômica, ou substituição do Estado pela “livre concorrência”, que passa a ser difundida para os países da periferia mundial a partir da “crise da dívida externa” nos mesmos, na década de 1980, sendo adotada também, portanto, no Brasil, efetivamente a partir do governo Collor, na década de 1990, logo após a crise do Modelo de Substituição de Importações da década anterior (FILGUEIRAS, 2006).

Essa nova postura de Estado significou a fragilização dos Estados Nacionais, restringindo importantes instrumentos de políticas públicas, tais como os investimentos públicos. No Brasil, esta restrição significou o desmonte do Estado Nacional-Desenvolvimentista apoiado no Modelo de Substituição de Importações.

No Brasil recente, uma vez que a ação do governo federal como agente de planejamento econômico é limitada, ou até anulada, os governos estaduais tornaram-se responsáveis principais pela condução do desenvolvimento regional (descentralização das políticas de desenvolvimento regional), passando a praticar iniciativas isoladas, muitas vezes consideradas predatórias ou até mesmo suicidas, de atração de investimentos, que resultaram na conhecida guerra fiscal (BALANCO; NASCIMENTO, 2005; BALANCO; SANTANA, 2007; PACHECO, 1996).

Desse modo, com a adoção de um “novo papel estatal” pelo governo brasileiro “abandona-se a concepção de desenvolvimento de caráter integrado, sob a condução do governo federal”, tendo por expressão uma nova lógica que visasse “endogeneizar” o desenvolvimento regional periférico,

(...) o que implica seguir à risca uma política de desenvolvimento regional pautada em determinada “política industrial”. Essa é, então, encaminhada por governos estaduais e municipais, cujos traços mais importantes são a concessão de vantagens fiscais, creditícias e financeiras, de infra-estruturas e facilitação de acesso à mão-de-obra barata, para a permanência das firmas no local e o fomento à instalação de novas firmas em seus territórios, tanto por parte dos empresários da região como dos “estrangeiros” (BALANCO; SANTANA, 2007, p. 90).

Este panorama tende a acentuar, segundo Pacheco (1996), a “fragmentação da economia nacional” ou “quebra dos laços de solidariedade inter-regionais”, uma vez que, na disputa entre as unidades da Federação pela atração de investimentos, muitas vezes em setores voltados à demanda externa, os estados tornam-se incapazes de gerar uma dinâmica de crescimento interno sustentável, articulando apenas resultados pontuais para algumas localidades, desarticulados com o desempenho agregado nacional. E mais ainda, diante de uma nova dinâmica global de mercados abertos à competição externa, a ação pública teria que

se dar de forma ainda mais ativa, de modo a amenizar os efeitos deste cenário sobre os desequilíbrios regionais, o que nos permite concluir que

nesse sentido, a descentralização das políticas “industriais” do final dos anos 80 e início dos anos 90 é perversa. Isto, porque é apenas uma contrapartida da ausência de política industrial do governo federal, que relega aos estados a disputa por novos investimentos, dentro de um contexto amplamente desfavorável, quer em termos do baixo volume de investimentos, quer no que diz respeito ao imenso poder de barganha demonstrado pela grande empresa, no novo cenário internacional de globalização (PACHECO, 1996).

Cabe destacar, portanto, que o debilitamento do Estado Nacional, a busca ideológica pelo Estado-Mínimo, determinando a descentralização de políticas do poder central em substituição aos poderes locais (“culto ao poder local”), não é suficiente para enfrentar a questão internacional, ao mesmo tempo em que consolida a quebra do governo central enquanto agente planejador e único capaz de manejar instrumentos de âmbito nacional e externo. Além disso, “o desmantelamento do Estado nacional e com ele o de vários órgãos regionais (SUDENE e SUDAM, por exemplo), implicou num ‘ocaso’ das políticas de desenvolvimento regional no período (...)” (CANO, 1997, p. 118).

Deste modo, ora comprometendo-se com políticas voltadas ao pagamento da dívida externa (década de 80), ora privilegiando o equilíbrio das contas públicas e planos de estabilização (década de 90), a instabilidade econômica do período a partir da crise fiscal e financeira do Estado, somada à postura ideológica dominante de exaltação às forças de mercado, resultaram na falência de um importante protagonista na redução dos desequilíbrios regionais, o setor público (GUIMARÃES NETO, 1997).

Assim sendo, a estratégia de ajuste (compensação das perdas) adotada pelas unidades federativas, particularmente as periféricas, através da atração de investimentos via mecanismos de incentivos diversos, embora aparecesse como uma alternativa para orientar um novo rumo de manutenção do desenvolvimento destas localidades, não se configurou como uma solução sustentável, tendo em vista os danos aos quais foram e estão sendo levados os orçamentos públicos das mesmas, e, as estratégias empresariais articuladas a um novo paradigma tecnológico que se desdobram em diferentes requisitos locacionais setoriais.

Portanto, deve-se levar em conta, no período entre as décadas de 80 e 90, a fragilização do agente público planejador, conjugado aos interesses de desenvolvimento econômico nacional, passando o mesmo a representar-se como mero articulador de instrumentos macroeconômicos visando alcançar metas pré-determinadas pelos ditames da nova ordem político-ideológica internacional, perdendo seu papel de fomentador de uma nova base/estrutura produtiva industrial entre as regiões do país, uma vez que deixa de atuar ativamente com políticas industriais concretas, vinculadas ao fortalecimento da matriz industrial nacional.

2.2 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA INDUSTRIAL REGIONAL

A distribuição geográfica da produção industrial no Brasil tem passado por expressivas mudanças a partir dos movimentos, de redefinição da localização das atividades industriais, observados nas décadas recentes. O que se viu, dentro desse processo, foi a relativa queda na participação do eixo mais dinâmico do país, liderado pelo estado de São Paulo, e a expansão industrial das áreas mais vazias ou economicamente estagnadas. Entretanto, esta dinâmica industrial não pode ser entendida isoladamente, como um processo que se moveu numa só direção e redefiniu, de uma só vez, o rumo da localização das atividades industriais no país, mas, como o resultado de um conjunto de elementos estruturais diversos que implicaram numa série de movimentos inter-regionais na economia brasileira.

Nesse contexto, resultaram movimentos contraditórios dentro da dinâmica de localização industrial regional, ora agindo no sentido de desconcentrar as atividades industriais em favor das regiões mais atrasadas economicamente, ora reconcentrando as mesmas nas localidades mais dinâmicas do país.

Fato já conhecido por todos é o processo histórico de definição do Estado de São Paulo como localidade mais dinâmica do país. Este processo se deu a partir da expansão econômica do estado de São Paulo, articulada à formação de um complexo produtivo econômico ligado à produção do café, produto de grande importância para a economia agro-exportadora do Brasil, de meados do século XIX a inícios do século XX (ciclo do café). Assim, a partir de fatores políticos e econômicos definiu-se a recente configuração produtiva regional, particularmente a

industrial, tendo o estado de São Paulo como o centro dominante da economia nacional e consolidando o fenômeno dos desequilíbrios produtivos regionais.

A partir do processo histórico ressaltado, desenvolveram-se em São Paulo todas as condições necessárias e suficientes para um processo de industrialização, baseadas em avançadas e dinâmicas relações capitalistas de produção que, combinadas às condições políticas vigentes no período do pós-1930 com o PSI (Processo de Substituição de Importações), acabaram por determinar o desenvolvimento e, posteriormente, a concentração das atividades industriais neste estado. Dentre estes determinantes estariam, a introdução do trabalho assalariado e expansão da oferta de mão-de-obra, as redes ferroviárias desenvolvidas, o desenvolvimento da agricultura produtora de alimentos e de matérias-primas com repercussões para uma avançada agricultura mercantil, as atividades urbanas e o desenvolvimento de um mercado interno dinâmico a partir das atividades então estabelecidas (CANO, 1998). Neste cenário configurou-se a divisão inter-regional do trabalho no Brasil, tendo como predomínio econômico o estado de São Paulo. Desta forma,

a concentração quase secular esteve associada e foi determinada, em grande parte, pelos processos que ocorreram na fase de isolamento relativo, e que deram lugar ao dinamismo diferenciado das regiões e complexos exportadores regionais e à fase mais recente de formação do mercado interno, quando as demais economias regionais – não o Sudeste – ajustam seus espaços econômicos à concorrência da produção industrial sudestina, a qual avança sobre os mercados regionais anteriormente isolados (GUIMARAES NETO, 1997, p. 46).

Entretanto, Wilson Cano (1997, p. 106) acredita que “não foi a concentração da produção industrial (e também da agrícola e da terciária) em São Paulo a causadora ou agravadora do atraso e da miséria das regiões mais pobres do Brasil”, uma vez que, antes de 1930, com a economia nacional ainda não articulada, cada região vinha determinando sua trajetória histórico-econômica específica que demarcaria suas estruturas de propriedade e renda futuras, e conseqüentemente de produção, bem como seus diferentes níveis de pobreza. Sendo assim, acredita-se que, tal como ocorreu entre 1930 e 1970,

a economia paulista, sendo o núcleo da acumulação produtiva do país, ao crescer imprimia também determinações (regionalmente diferenciadas, é claro) de crescimento aos seus complementos econômicos espaciais (as

demais regiões).² Assim, embora a dinâmica de acumulação fosse concentradora, em seus resultados concretos, articulava, entretanto, também o crescimento regional (CANO, 1997, p. 106).

Da mesma forma, fato já conhecido é a concentração das atividades econômicas e da população na região paulista representada pela sua área metropolitana, até finais da década de 1960 e início da década de 1970, pelos fatores históricos já citados. Entretanto, a partir de 70 se inicia um fenômeno diverso modificando o rumo das atividades industriais que passam a se direcionar em outras localidades fora do eixo dinâmico da área metropolitana de São Paulo (DINIZ, 1993). Este fenômeno é conhecido, no cenário do desenvolvimento produtivo desigual brasileiro, entre as regiões, como um processo de desconcentração industrial que permitiu a expansão destas atividades para outras localidades fora dos eixos tradicionalmente mais industrializados, proporcionando uma relativa redução nos desequilíbrios produtivos regionais.

Nesta nova etapa, passa a ser reconhecido um processo de integração produtiva inter-regional, já que nas etapas anteriores o que se via era simplesmente a articulação comercial entre as mesmas, num período inicial de constituição do mercado interno brasileiro,

que se deu sob a hegemonia econômica de uma região – o Sudeste, e, em particular, São Paulo – a qual, dotada de uma base produtiva industrial muito mais eficiente e de maior capacidade de competição, induziu as outras regiões a um processo de ajustamento, no qual foi definido o espaço econômico limitado no interior do qual deveriam restringir a sua evolução econômica futura (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 45).

O processo de desconcentração pode ser dividido, segundo Diniz (1993), em duas fases. A primeira fase seria aquela onde ocorre um processo de “reversão da polarização” a partir do qual, como a própria expressão já informa, se dá uma desconcentração ou, utilizando uma expressão do próprio autor, um “espraiamento” das atividades industriais da área metropolitana de São Paulo em direção ao interior do próprio estado e à quase todos os estados do país. Esta fase inicial teria ocorrido, no Brasil, a partir de finais da década de 60. A

² Comentários feitos pelo autor, em nota, sobre o fenômeno: “O conhecido dito popular ‘A locomotiva (SP) que carrega os vagões (demais estados) vazios’ não espelha a verdade, dada a intensidade crescente nas relações econômicas inter-regionais pós-29. Na verdade, tanto os vagões foram sendo cada vez mais carregados, quanto a locomotiva teve que aumentar sua potência...” (CANO, 1997, p. 106).

segunda fase, que teria se iniciado na década de 80, representaria um processo de reconcentração das atividades industriais no Estado de São Paulo e nas localidades próximas a ele, processo esse que foi caracterizado por Diniz como “desenvolvimento poligonal” brasileiro. Segundo essa definição, as atividades industriais passaram a se concentrar, a partir da década de 80 no “polígono de aglomeração industrial”, definido por Belo Horizonte – Uberlândia - Londrina/Maringá - Porto Alegre – Florianópolis - São José dos Campos - Belo Horizonte, onde estariam sendo formados os principais pólos tecnológicos do país.

O movimento de desconcentração industrial, a partir de finais da década de 60 e ao longo da década de 70, pode ser atribuído a uma série de fatores que conjuntamente teriam proporcionado um processo de redefinição locacional da estrutura industrial regional do país.

Dentre os mais destacados, como elementos cruciais desse processo, estariam as políticas públicas federais e estaduais de incentivos fiscais e provimento da infra-estrutura necessária para um processo de integração dos mercados regionais, a criação de “economias de aglomeração” particularmente nas regiões periféricas, seja através de requisitos locacionais diferenciados entre as mesmas, como a disponibilidade de mão-de-obra barata e de recursos naturais abundantes traduzindo-se em baixos custos de produção, ou através dos incentivos criados pelos seus representantes políticos induzindo, ainda que de forma artificial, à atração de atividades produtivas para tais localidades, as “deseconomias de aglomeração” na área metropolitana de São Paulo, os investimentos públicos no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1974/1979), as políticas de desenvolvimento regional e os investimentos setoriais coordenados, inclusive, por empresas estatais neste mesmo período, e, a desaceleração da economia nacional cuja dinâmica central era dada, quase que exclusivamente, pela região Sudeste, e em especial pelo Estado de São Paulo.

É importante assinalar, com base no conceito de surgimento de deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo, que com a “megalopolização” da área metropolitana de São Paulo, a partir da década de 50, os custos produtivos e sociais, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público, foram se elevando de forma a desestimular a realização de novos investimentos produtivos naquelas localidades, incentivando a desconcentração produtiva em favor das regiões ditas mais vazias e fortalecendo o crescimento do interior de São Paulo, no

que foi batizado como “interiorização da indústria paulista” (DINIZ, 1993; PACHECO, 1996).

Tais custos, que podem ser expressos no “aumento da renda urbana, materializada no preço dos terrenos e aluguéis, no custo do controle ambiental e de congestionamentos, no âmbito dos salários, entre outros”, embora justifiquem a perda de dinamismo paulista não explicam como se dá a criação de novas “economias de aglomeração” em outros estados e localidades fora deste eixo central. Essa explicação pode ser dada pela ação do Estado, incentivando o fenômeno de desconcentração industrial, seja através de políticas regionais com os incentivos fiscais e construção de infra-estrutura ou através de investimentos diretos proporcionando um ambiente atrativo para as atividades produtivas (DINIZ, 1993).

Outros fatores de destaque, determinantes do processo de desconcentração industrial, seriam: a criação de organismos governamentais estimulando, via incentivos fiscais e financeiros, a entrada de recursos e atividades produtivas, particularmente as industriais, para as regiões até então estagnadas economicamente, como as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Amazônia (SUDAM) e da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); a política da União para ampliar a integração nacional, fornecendo melhores condições de infra-estrutura de transportes (desenvolvimento e aperfeiçoamento da malha rodoviária e ferroviária), oferta de energia e telecomunicações; as políticas de apoio e incentivos à exportação, juntamente com as políticas de crédito rural, e seus impactos sobre a consolidação dos complexos agroindustriais; a expansão das fronteiras agrícolas reforçada pelo Plano de Metas (rodovias no Norte e Centro-Oeste e a criação de Brasília), em fins da década de 50, tal como assinalado por Wilson Cano (1997, p.107); o fortalecimento do processo de urbanização nas regiões Norte (NO), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO); a expansão das indústrias extrativas minerais; e, a constituição de complexos/pólos produtivos nas regiões menos industrializadas como o Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, no âmbito das políticas de produção de insumos básicos ou substituição de suas importações, vinculados ao II PND.

Nota-se que, a partir das políticas de integração territorial nacional, grande parte dos problemas de fluxos inter-regionais de produção e comércio foram resolvidos. Assim, verifica-se que a articulação territorial brasileira pôde ser estruturada a partir da ação pública construindo e recuperando a malha rodoviária existente, duplicando alguns trechos

importantes e contribuindo para o desenvolvimento e modernização das telecomunicações, garantindo assim a integração produtiva inter-regional, possibilitando que a concorrência entre as regiões passasse a ser definida a partir da decisão empresarial entre diferenciais locais, e fornecendo as condições básicas para o processo de desconcentração industrial que se iniciaria em finais da década de 1960 (DINIZ, 1995). Portanto, com relação ao processo de integração e articulação das economias regionais neste período, ressalta-se que,

entre 1970 e 1985, período em que consolidamos a implantação de nossa matriz industrial e, por isso, a acumulação exigia esforço periférico de articulação ainda mais intenso, usamos ainda mais a nossa base de recursos naturais – água, terra, minérios – e, com isso, a periferia melhor dotada de recursos foi mais acionada. A maior parte do conjunto de projetos de larga envergadura (como os hidroelétricos, não ferrosos, químicos e petroquímicos) foi implantada na periferia, acelerando ainda mais seu crescimento. Isto, mais os efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regional implantadas a partir de meados da década de 60 (promovendo investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos), promoveu um processo de desconcentração industrial regional (CANO, 1997, p. 107).

Este processo de desconcentração produtiva pode ser visto em diversas dimensões, ou vias de direcionamentos, para onde se expandiram as atividades econômicas, especialmente industriais, no cenário nacional. Assim, Guimarães Neto (1997, p. 57) identifica três vias de desconcentração produtiva: uma *inter-regional*, “que ocorre em detrimento da região economicamente mais rica – o Sudeste”, outra *intra-regional*, como aconteceu nas regiões Sudeste e Sul, onde houve, com relação à primeira, uma desconcentração das atividades econômicas de São Paulo e Rio de Janeiro em favor dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e, com relação à segunda, uma perda de posição econômica do Rio Grande do Sul “em favor dos demais estados sulinos”, e, por fim, uma dimensão *intra-estadual*, tal como ocorreu em São Paulo, com a perda de posição, na produção industrial, de sua área metropolitana e ganho de sua região interiorana.

De um modo geral, este processo de desconcentração regional industrial define a estruturação produtiva regional atual, a partir dos movimentos observados, com seus efeitos diferenciados para cada região, com base na heterogeneidade econômica espacial nacional. Neste sentido, nota-se que o processo de desconcentração orientou o surgimento “e a consolidação de

complexos econômicos, pólos ou áreas de modernização nas economias regionais periféricas”, de modo que,

em resumo, a desconcentração ocorrida, embora estivesse longe de significar redefinição da divisão tradicional de trabalho entre as regiões brasileiras, promoveu a *consolidação* de tendências, (...), de surgimento de especializações regionais fora do Sudeste e a *implantação* de novas atividades por meio das quais as economias menos industrializadas se articulam com o restante da economia nacional. Essas novas atividades contribuem, significativamente, para explicar a dinâmica econômica dessas regiões periféricas... (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 60).

Assim, a nova configuração produtiva regional, definida pela desconcentração industrial, longe de representar um processo endógeno e autônomo de expansão das atividades para as regiões periféricas, não foi mais do que o resultado natural da ação pública, tendo em vista a história prévia das regiões e a existência de um núcleo industrial claramente definido.

Dentre essas “especializações regionais” que foram surgindo a partir do processo de desconcentração produtiva, no pós-70, e consolidaram a estrutura produtiva regional recente, poderíamos citar: o surgimento de um conjunto de complexos agroindustriais a partir da modernização agrícola, na região Sul; o desenvolvimento de uma série de atividades econômicas na região Nordeste, tais como, a construção do Pólo Petroquímico na Bahia, a agricultura irrigada do São Francisco e do Vale do Açu, a chamada “nova indústria nordestina”, constituída com apoio dos incentivos fiscais do sistema 34/18-FINOR, ao lado do complexo minero-metalúrgico, concentrado no sul do Pará com repercussões no Maranhão, além da produção de grãos no oeste da Bahia e nos cerrados do Piauí e Maranhão; o pólo eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus e a produção de grãos no cerrado da Amazônia; e, por fim, a expansão da fronteira agrícola, se deslocando do Sul do país para a região Centro-Oeste, com repercussões para a crescente produção de grãos desta região e consolidação de grandes complexos agroindustriais na mesma (GUIMARÃES NETO, 1997; PACHECO, 1996).

A partir da década de 1980, no entanto, novos rumos passam a orientar este processo de desconcentração produtiva a partir das tendências mundiais recentes, num contexto globalizado, e em consonância com a crise econômica verificada no Brasil formatando uma postura menos ativa do Estado, em termos de políticas regionais, nesta década que ficou

conhecida como a década perdida. A partir de tais movimentos, emerge uma nova dinâmica regional interna, no país, articulada a uma série de fatores, particularmente do âmbito externo, que vieram a definir uma configuração produtiva distinta, daquela estabelecida nas décadas anteriores, determinando novas relações produtivas e comerciais entre as mesmas.

2.3 MUDANÇAS DO CAPITALISMO NO PÓS 1990 E CONSEQÜÊNCIAS SOBRE A CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

A partir de finais da década de 1980 e ao longo da década de 1990, em conformidade com a nova dinâmica capitalista global de generalização dos fluxos comerciais e financeiros entre as nações, associada a um novo contexto político-ideológico, surgem movimentos diversos na economia brasileira que vão reorientar as formas de relações, internas e externas, estabelecidas pelo país, bem como sua estruturação produtiva a par das tendências mundiais recentes.

Alguns autores consideram essas novas tendências como integrantes de um processo de reestruturação do sistema produtivo internacional, que tende a definir uma reconcentração em favor das regiões mais dinâmicas do país, particularmente pós-abertura comercial, tendo em vista as mudanças tecnológicas verificadas e as alterações nos requisitos locacionais necessários, especialmente em atividades intensivas em conhecimento, pesquisa e inovação.

Nesta direção, pode ter ocorrido uma reconcentração industrial, pós-80, em direção ao “polígono” de aglomerações industriais, definido pela área que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre, passando pelos eixos mais dinâmicos deste espaço, uma vez que seriam nestas localidades onde estariam tais requisitos tecnológicos e produtivos recentes, fundamentais para a nova lógica econômica global. Assim, considerando as mudanças na política econômica do governo, ressaltando as novas políticas comerciais externas com a abertura comercial da década de 1990, articuladas a um novo contexto mundial dado pela integração comercial externa em blocos regionais (no caso brasileiro, o Mercosul), e pela globalização produtiva e financeira, que tende a derrubar as barreiras nacionais e, ao mesmo tempo, impulsiona maiores exigências de competitividade para os países, é reforçada a idéia de uma

tendência à reconcentração industrial nos eixos mais dinâmicos do país ou relativamente próximos ao mesmo. Nesse novo contexto,

as demais regiões do país deveriam se inserir no processo produtivo naquelas linhas de produção para as quais houvesse vantagens comparativas locais, a exemplo de alguns segmentos da química e industrialização de frutos no Nordeste (DINIZ, 1995, p. 31).

Entretanto, embora não se possa afirmar que ocorreu efetivamente uma reconcentração industrial pós-1980, diante da crise do Estado e dos novos padrões produtivos articulados com o modelo de concorrência internacional vigente, percebe-se que houve um esgotamento do processo de desconcentração produtiva iniciado na década de 70, o que pode ser claramente observado através das reduções ou estabilizações nas participações regionais no total da produção brasileira e, na dissipação da intervenção pública através dos incentivos regionais, dada a crise fiscal e financeira em que se encontrava o governo e a nova postura político-ideológica por ele adotada. A idéia central aqui defendida é que, tendo em vista as novas formas de inserção internacional do país, “esta trajetória rompeu os nexos de solidariedade inter-regionais, determinados pela montagem de estruturas produtivas complementares e pelo baixo grau de abertura comercial” (PACHECO, 1996, p. 117).

O que passa a ser verificado a partir de meados da década de 1980, quando da crise econômica brasileira e mudanças na perspectiva de interação global pós abertura comercial externa, é uma nova roupagem de desenvolvimento regional e localização industrial, onde

a configuração de novos padrões locacionais não será um processo uniforme para o conjunto da indústria, devendo, ao contrário, assistir-se a desempenhos setorialmente muito distintos. Com isso, não se deve esperar a definição de uma tendência clara e geral na direção da reaglomeração, da mesma forma que não se deve contar com fortes movimentos de desconcentração (PACHECO, 1999, p. 6).

Portanto, em relação ao esgotamento do processo de desconcentração produtiva, verificado pós-80, teríamos um conjunto de fatores que explicariam esta inflexão. Ao mesmo tempo, existiriam em paralelo a esses, outros elementos que poderiam indicar uma continuação no processo de desconcentração, embora a um ritmo não mais acelerado como fora anteriormente.

Dentre os elementos que podem indicar um esgotamento desse processo teríamos: a crise fiscal e financeira do Estado e a deterioração de seus principais instrumentos de política econômica, em particular do governo federal através dos investimentos em infra-estrutura e nos setores produtivos pelas estatais, do financiamento das atividades produtivas e dos incentivos fiscais; o desmantelamento dos vários órgãos regionais (SUDAM, SUDENE, etc.); a abertura comercial externa e seus efeitos destruidores em várias linhas de produção industrial e agrícola; a redução nos efeitos multiplicadores dos investimentos realizados no II PND, já que tais investimentos já haviam maturado a partir de 85; a reestruturação produtiva e a emergência de um novo padrão tecnológico que tendem a reconcentrar as atividades nas regiões mais dinâmicas; a diminuição no ritmo de crescimento das exportações de manufaturados das indústrias tradicionais; a crise da dívida e a emergência das políticas neoliberais; e, o baixo crescimento de São Paulo no período, que arrefeceu a dinâmica de acumulação e inibiu o crescimento periférico (CANO, 1997; GUIMARÃES NETO, 1997).

Ressalta-se que a abertura comercial brasileira na década de 90 integra um conjunto de medidas definidas pelo novo arranjo político-ideológico vigente no cenário internacional, consolidado na década de 80, qual seja, o Neoliberalismo, que passam a ser adotadas pela política central do governo brasileiro, trazendo uma nova estratégia em termos de instrumentos ou ações públicas para a estrutura industrial até então definida, tendo como objetivo a integração “competitiva” do país no mercado externo. Neste aspecto, vê-se que

a adoção da (des)regulação estatal neoliberal, por parte dos governos recentes (Collor e os dois mandatos de Cardoso), manteve ou até mesmo ampliou a estrutura desigual entre as unidades subnacionais, conservando assim o elevado grau de concentração industrial no centro-sul do país (BALANCO; BUSATO; PINTO, 2006).

Assim, nos anos 90, o Neoliberalismo implanta-se no Brasil, a partir do governo Collor, cujo “discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que podemos chamar da ‘era liberal’ no Brasil” (FILGUEIRAS 2006, p. 83-84). A par desse processo, a política industrial adotada apoiava-se na liberalização das importações, resultando na exposição da indústria brasileira à competição internacional, o que possibilitaria, segundo o Consenso de Washington, a “inserção competitiva” dos países da América Latina no cenário mundial (FILGUEIRAS, 2006). Tendo por base essa nova política,

acredita-se ter esgotado o processo de desconcentração industrial, uma vez que este se apoiava na ação pública protecionista.

Ao mesmo tempo, em meados da década de 80, iniciou-se de forma acanhada, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva, que foi acelerado na década seguinte com a abertura comercial do governo Collor. Ressalta-se que essa reestruturação se configura como transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho, em que,

no primeiro, a partir de uma ótica setorial, ela se expressa na reorganização e reconversão de setores industriais, que se caracterizam pela realização de grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações), pela modernização de setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos, petroquímica) e pelo declínio de setores tradicionais – como o siderúrgico e o têxtil (FILGUEIRAS, 2006, p. 53).

Esse último processo, da mesma forma, configurou-se como um elemento reconcentrador dos segmentos industriais da economia brasileira no eixo mais dinâmico do país, tendo em vista as necessidades que se colocam de modernização e adequação aos padrões produtivos setoriais mundiais.

Já, com relação aos fatores que poderiam ter indicado um movimento de manutenção do processo de desconcentração produtiva, teríamos: a continuidade da desconcentração agrícola (expansão da fronteira agrícola); a distribuição dos investimentos petrolíferos de extração e refino; os arrojados programas estaduais e municipais de atração de investimentos, conhecidos como “guerras fiscais”, utilizando-se de ampla gama de incentivos e de algumas iniciativas localizadas voltadas à geração de externalidades, articulados com os projetos privados de novas localizações de plantas produtivas; a redução do movimento migratório em direção a São Paulo em decorrência da crise econômica enfrentada por este estado; a resistência sindical em áreas de grande concentração operária; o potencial de alguns mercados regionais; e, o peso do custo da mão-de-obra em segmentos cujo dispêndio com este “fator produtivo” ainda se mostra relevante no custo de produção, ou seja, a capacidade de atração de atividades produtivas representada pela mão-de-obra de baixo salário (CANO, 1997; GUIMARÃES NETO, 1997; PACHECO, 1999; SABÓIA, 2001).

Outro importante fator, que pode explicar a manutenção desse processo, refere-se ao “esforço exportador” setorial que se sobrepõe às relações de “solidariedade regional” da década anterior, representando, em termos nacionais, uma estratégia de ajuste, embora limitada, enquanto opção macroeconômica para compensar a crise econômica em que estava o país na década de 1980. Esse “esforço” determinou uma nova destinação da produção industrial de alguns segmentos, especialmente os intensivos em recursos naturais, já que agora visava-se o mercado externo, em substituição ao interno, o que permite compreender o surgimento de certas “especializações” como resultado do impacto heterogêneo desse processo sobre as regiões (PACHECO, 1996). Esse processo permite afirmar que

há desconcentração sim, mas que ela se manifesta mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos da Nação. Isto significa que a trajetória da economia brasileira nos anos 80 e 90 sobredeterminou as possibilidades regionais, circunscrevendo-as, no que tinha de dinâmico, aos poucos incentivos ao incremento da atividade exportadora. O que, repito, foi crucial para a continuidade da desconcentração. E mais, foi um componente que rompeu – ou que ao menos problematizou – as formas de encadeamento intra-setorial e inter-regionais que estavam na base da história industrial do país, até 1980 (PACHECO, 1996, p. 128).

Assim, nota-se a emergência no período recente, pós-1980, de um conjunto de alterações significativas no padrão de localização da atividade produtiva, tal como evidenciado por Pacheco (1999, p. 5). Entretanto, ainda que seja difícil aferir o resultado global dessas transformações numa só direção (reconcentração ou manutenção da desconcentração),

pode-se argumentar que está em curso sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, em que uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas deve ser acompanhada pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de *ilhas* de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das *antigas periferias* nacionais e importância maior do conjunto das *cidades médias* perante as áreas metropolitanas (PACHECO, 1999, p. 5).

Portanto, fica explicitado, através da análise encaminhada, que a confirmação de um esgotamento no processo de desconcentração produtiva não pode indicar necessariamente, em sua contrapartida, um movimento produtivo reconcentrador favorável às regiões mais dinâmicas do país, representadas, em sua maior parte, pelo eixo centro-sul (muito embora

existam áreas vazias dentro deste). Entretanto, não há por que temer em afirmar que continua ocorrendo desconcentração da produção, embora menos intensa devido ao baixo crescimento da capacidade instalada, mas, indicando

um comportamento setorial distinto, com tendências diferenciadas de desconcentração mais ampla, para a indústria de bens saláris, de desconcentração concentrada, para a indústria de bens duráveis, de relativo bloqueio em setores ou com baixo nível de investimento ou com padrões locacionais já bem definidos, como também casos de reaglomeração, sobretudo em segmentos com maior densidade tecnológica (PACHECO, 1999, p. 12).

A manutenção desse processo de desconcentração industrial, em alguns períodos da década de 90, pode ter sido impulsionada pela nova modelagem de padrões de competitividade industrial, ou “novos requisitos locacionais”, que, a depender do segmento, atuou ora beneficiando as localidades com maiores níveis de aprendizado industrial acumulado, como é o caso das atividades mais sofisticadas tecnologicamente, ora beneficiando aqueles espaços mais vazios, em termos econômicos, como é o caso das atividades industriais mais leves, geralmente dotadas de uma base maior de recursos naturais e mão-de-obra. Portanto, a par desse novo contexto mundial de “integração competitiva”, após uma longa caminhada guiada pela industrialização substituidora de importações, ou, da mesma forma,

preocupadas com o aumento da competição resultante da abertura da economia, as empresas industriais procuraram se modernizar, tanto pelo lado organizacional quanto tecnológico. Por outro lado, a guerra fiscal entre os diferentes estados, juntamente com as diferenças salariais existentes no País, provocaram um fluxo de investimentos em direção às mais distintas Regiões, que resultaram em importantes mudanças espaciais da indústria. (SABÓIA, 2001, p. 86).

Esses movimentos tornam-se bastante visíveis quando se toma a expansão industrial nordestina no período, que foi basicamente provocada pelos incentivos fiscais dados pelos governos estaduais bem como pelos deslocamentos das empresas de calçados das regiões Sul e Sudeste em direção a esta região em decorrência dos baixos salários pagos na mesma, além da expansão da fronteira mineral que beneficiou alguns setores da região (SABÓIA, 2001).

Neste sentido, Pacheco (1999, p. 32) faz uma estruturação ilustrativa, bastante esclarecedora, dos movimentos recentes da dinâmica industrial regional, demonstrando existir, no pós-85, um processo de desconcentração em segmentos como calçados, têxtil, e, em menor grau, em indústria alimentar e de bebidas, um processo de “desconcentração concentrada” em metal-mecânica que tende a restringir a desconcentração ao Sudeste e Sul do país, um processo de forte concentração dos investimentos em telecomunicações e informática que demonstram uma reconcentração destas inversões principalmente em São Paulo e, poucas mudanças na distribuição regional de gêneros como química e siderurgia pesada. Tendo ainda, este mesmo autor, explicado que

as determinações locais diferenciam-se segundo esses macrossetores: custos salariais para alguns gêneros intensivos em mão-de-obra; externalidades e economias de aglomerações, em alguns casos; proximidade com mercados e fornecedores, em outros; enquanto em alguns setores não há sinais de desconcentração, até porque o aumento da capacidade instalada deverá verificar-se nos *sites* já existentes, como é o caso da petroquímica e da siderurgia, em que os novos investimentos só marginalmente podem alterar a configuração espacial do setor (PACHECO, 1999, p. 27).

Por fim, resulta desse fenômeno um movimento contraditório e diverso, no qual, embora ainda existissem fatores múltiplos que poderiam permitir a manutenção do processo de desconcentração produtiva, em direção às regiões periféricas, estes não se mostraram fortes o suficiente para compensar ou reorientar as perdas dessas regiões, representadas pelas políticas públicas regionais e pelas necessidades, impostas pelo novo padrão tecnológico vigente (“novos requisitos locais”), de uma dinâmica produtiva pré-existente, em termos de parques industriais, qualificação da mão-de-obra, mercado consumidor potencial, centros de pesquisa e desenvolvimento, diferenciais tecnológicos, etc., decorrendo disso a estabilização nas posições regionais após as redefinições produtivas ocasionadas por este processo de desconcentração regional.

Assim, reafirma-se sinteticamente a posição aqui adotada, em que se acredita ter ocorrido um esgotamento do processo de desconcentração industrial iniciado na década de 1970, acompanhado, no entanto, por um movimento de ligeiros processos desconcentradores restritos a somente alguns segmentos, que acabaram se articulando com a nova dinâmica produtiva internacional e atendendo a alguns de seus requisitos lógicos.

3 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BAIANO NO SÉCULO XX

O processo de industrialização baiana consolidou-se a partir de ondas de investimentos “espasmódicos” concentrados no tempo e articulados a projetos ou programas de caráter governamental, o que revela o caráter dependente, da indústria montada, de uma dinâmica externa à realidade local. Desta forma, a Bahia consegue se integrar à matriz industrial nacional, e romper com o fenômeno que caracterizava sua economia neste setor, conhecido como “enigma industrial”.

O primeiro impacto positivo para a consolidação industrial baiana foi a vinda da Petrobrás e da Refinaria Landolfo Alves de Mataripe (RLAM), na década de 1950. O segundo momento foi a política de incentivos fiscais, em meados da década de 1960, com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e a atração de um conjunto de empreendimentos. Quando se esgotam tais incentivos, as empresas que continuam na Bahia só permanecem devido às possíveis vantagens comparativas/competitivas existentes. No período de 1975/1985 há uma grande expansão da economia baiana em consequência da integração na matriz industrial brasileira, com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

A partir de tais eventos, a indústria baiana vai se estruturando pautada basicamente nos setores químico, petroquímico e metal-mecânico. Com a década de 1980 a economia baiana perde sua feição agroexportadora passando a predominar as atividades industriais. Na década de 1990, em face à abertura comercial e seus movimentos de reestruturação produtiva, a indústria baiana, em especial seu segmento químico/petroquímico, vai sofrer os efeitos de tais transformações. Este segmento vai sofrer com o aumento de concorrência externa e redução do mercado de seus produtos. Acompanhando este movimento, o segmento metal-mecânico vai involuir por conta da crise daquele setor, pois era fortemente dependente do mesmo, conforme será avaliado.

De forma desconexa com o movimento desfavorável daquela década, o segmento de papel e celulose emerge expressando uma vantagem comparativa da economia e indústria baiana naquele momento, muito embora tenha efeitos multiplicadores limitados para esta economia. A partir de meados da década de 90, no entanto, o governo baiano passa a operar mais intensamente com a “guerra de incentivos”, mais do que guerra fiscal, atraindo uma série de

empreendimentos como calçados, eletro-eletrônicos e automobilístico, com a instalação de importantes empresas no estado, a serem destacadas. Ademais, com a duplicação da RLAM e outros investimentos petrolíferos, conjuntamente com os eventos já destacados, a indústria de transformação baiana volta a crescer e se recupera, apresentando ainda uma relativa desconcentração setorial com a diminuição do peso do segmento químico, tal como será visto nas próximas seções.

Portanto, a economia baiana alcança um patamar de industrialização, mediante uma estrutura intensiva em capital e pouco geradora de postos de trabalho, onde

a inserção da economia baiana na divisão nacional do trabalho dá-se da seguinte forma: a) o Estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o País; b) é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Centro-Sul do país; c) é um grande mercado consumidor de produtos finais vindo do Centro-Sul do País; d) ainda é fornecedor de mão-de-obra, uma vez que perde população, com os processos migratórios (CARVALHO JUNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002, p. 8).

Desta forma a indústria baiana vai se consolidar como uma indústria concentrada na produção de intermediários complementares à matriz do eixo dominante do país, assumindo seu perfil subordinado e dependente. Estes elementos serão caracterizados na análise que se segue.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA: PERFIL E INTEGRAÇÃO

Embora se reconheça que a indústria da Bahia não tenha começado com os investimentos a partir da década de 50, e sim ainda no século XIX com as atividades de refino do açúcar, têxtil e metalúrgicas, o processo efetivo de consolidação da industrialização baiana teve início a partir da década de 1950, após ruptura com um fenômeno que vinha ocorrendo em sua economia, nas décadas imediatamente anteriores a esta, objeto de intensas discussões que ficou conhecido na literatura pertinente como “enigma baiano”.

A expressão “enigma baiano”, formulada inicialmente por Otávio Mangabeira no final da década de 40, foi analisada por um importante estudioso desta economia, Manoel Pinto de

Aguiar, em 1958, o qual tentava entender o porquê de o estado baiano não se industrializar, caracterizando as perdas a que vinha sofrendo esta economia em seu vagaroso desenvolvimento industrial, tendo em vista a redução da importância regional da parca “indústria baiana”. Este enigma, nada mais era do que a perda da relativa importância regional do pequeno parque industrial baiano, cujos segmentos mais significativos eram os têxteis, açucareiros e fumageiros, além da lenta expansão desta mesma indústria entre as décadas de 20 e 40 do século XX (ALMEIDA, 2006; AGUIAR, 1977).

Assim, justificava-se esse fenômeno a partir da consolidação da cafeicultura em São Paulo, que resultou em rápido desenvolvimento das suas forças capitalistas de produção e concentração do crescimento industrial, relegando a indústria baiana a uma posição secundária no âmbito nacional. Junta-se a esta um conjunto de outras justificativas que, articuladas entre si, condicionaram o lento desempenho da economia baiana em seu desenvolvimento industrial. Tais fatores, mais destacados, seriam: a preservação de uma oligarquia agrária conservadora e patrimonialista; inexistência de uma forte classe industrial; inexistência de uma verdadeira base industrial (diversificada e complexa); economia agroexportadora, predominantemente primária, dependente de fatores exógenos; deterioração das relações de troca regionais (confisco de renda); escassa capacidade de acumulação decorrente de tais fatores e reduzido estímulo aos investimentos (ALMEIDA, 2006; AGUIAR, 1977).

A partir da década de 1950, no entanto, a ocorrência de uma série de fatos vai formatando uma nova dinâmica para a economia baiana, de um modo geral, que vai resultar em seu efetivo processo de consolidação industrial. Deste modo, ainda na década de 1950, foi implantada, no município de Madre de Deus, a Refinaria Ladulfo Alves de Mataripe (RLAM), com a introdução das operações de exploração e refino de petróleo, no âmbito das atividades da Petrobrás, com as descobertas de óleo e gás no Recôncavo baiano, antes mesmo da criação da estatal. Com a efetiva criação da estatal, em 1954, o projeto de construção da Refinaria e de expansão de sua capacidade produtiva foi transferido para a mesma (ALMEIDA, 2006; MENEZES, 2000; TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Aliado a este acontecimento ocorreram ainda, o surgimento de um sistema estadual de planejamento, com a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em 1955, a construção da

ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116), importante via de integração nacional, em 1949, a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1948, e entrada em operação da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, em 1954, ampliando a oferta de energia para o consumo industrial no estado baiano, a entrada em operação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1954, e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959 (ALMEIDA, 2006).

Com a década de 1960, outro fato marcante no processo de industrialização baiana, qual seja, a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1966, veio a consolidar uma nova estruturação em sua indústria. A implantação do CIA esteve articulada a uma política do Governo Federal de fomento à desconcentração industrial do eixo Centro-Sul do país, tendo por idéia original o desenvolvimento de indústrias de consumo final, através da SUDENE (dispositivo 34/18) e do BNB, com a administração de uma série de incentivos fiscais para promover a industrialização da região Nordeste. Esta política federal esteve apoiada na concepção de industrialização presente em teorias de desenvolvimento regional do período, apropriando-se das percepções de “distrito industrial” e encadeamentos setoriais (ALMEIDA, 2006; TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Articulado às políticas federais, o governo estadual procurou oferecer uma série de benefícios de localização, tais como infra-estrutura básica, fornecimento de serviços essenciais, preparação de terrenos, rodovias, energia, etc, além de oferecer às empresas interessadas, para compra, arrendamento ou uso gratuito, terrenos para suas instalações, o que se tornou objeto de inúmeras críticas devido ao fato de esse tipo de incentivo resultar na montagem de um distrito industrial totalmente desarticulado à realidade econômica local e pouco integrado setorialmente, além da perda dos objetivos iniciais tendo em vista que a maior parte dos investimentos (cerca de 85%) foram destinados ao setor de bens intermediários. Outra crítica em relação a tais políticas deve-se à insuficiência das mesmas em criar uma dinâmica endógena de investimentos (ALMEIDA, 2006; TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Assim, foi implantado no CIA “um parque metal-mecânico, composto por fornecedores de equipamentos e mesmo por alguns produtores de bens leves de consumo, que ampliaram o peso da indústria na economia baiana” (MENEZES, 2000, p. 25). Tal “distrito industrial” pôde se articular ainda à demanda da Petrobrás por equipamentos que viriam a ser fornecidos

por esta indústria metal-mecânica. Deste modo, implantaram-se nesse período, em tal distrito, a Usiba, Sibra e Ferbasa dentre outras empresas, além de novas empresas químicas em seu entorno, tal como a Dow (ALMEIDA, 2006; TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Na década de 1970, um “último” grande surto de investimentos na economia baiana vai culminar na implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), entre 1972 e 1978, consolidando o processo de industrialização baiana que teve início nos anos 50, e, mudando a feição desta economia, de agroexportadora apoiada nas atividades cacaeiras para outra de caráter industrial. Neste período o estado baiano, assim como outros fora do eixo Centro-Sul do país, vai se inserir na matriz industrial nacional através das “especializações regionais” proporcionadas ao longo do processo de desconcentração industrial ocorrido nesta fase. Em virtude deste processo de integração, esta economia vai adquirir um caráter de supridora de bens intermediários para a indústria de bens finais do eixo dominante (ALMEIDA, 2006; TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Desta forma, diante do exposto, fica evidenciado que

a partir da segunda metade da década de 70, com base nas diretrizes do II Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND) e na segunda etapa do Programa de Substituição de Importações (PSI), implementou-se na Bahia o segundo pólo petroquímico do Brasil. A introdução do complexo petroquímico promoveu modificações na estrutura industrial do estado, colocando a indústria baiana como uma das principais fornecedoras de matérias-primas e bens intermediários para os mercados interno (supridora, principalmente das regiões Sudeste e Sul) e externo (VIEIRA; SOUZA, 2002, p. 103-104).

A industrialização baiana direcionada aos setores químico (em especial o petroquímico) e metalúrgico, nesta fase, foi determinada, segundo Teixeira e Guerra (2000, p. 90) por três motivos principais: 1) o posicionamento do estado no período, de maior produtor de petróleo do país, além de já possuir uma refinaria (RLAM), dotando-se, portanto, de uma base técnica existente para implantação de um segundo pólo petroquímico nacional no estado; 2) a demanda ou necessidade de produção nacional de insumos básicos para suprir a carência da indústria de transformação do eixo Centro-Sul do país; e, 3) os objetivos do Governo Federal, no período, de redução dos desequilíbrios regionais, baseado numa política de integração nacional.

Este último surto, considerado uma extensão da RLAM, esteve apoiado no modelo de intervenção pública inspirado nos conceitos teóricos de núcleos ou focos industriais, que em seu processo de expansão tenderiam a gerar efeitos multiplicadores para toda a indústria e economia referida, e, nos de encadeamentos para frente e para trás, cujas “indústrias motrizes” associavam-se à indústria pesada (siderurgia, metal-mecânica e química). Esse “pacote de investimentos” para a economia baiana, apoiado nestes conceitos teóricos, estava articulado aos Planos Nacionais de Desenvolvimento do período (1972-1979), sendo, portanto, bancado pelo Governo Federal (ALMEIDA, 2006).

Assim, com o fechamento destes ciclos de investimentos “exógenos e espasmódicos”, determinados pela implantação consecutiva da RLAM, CIA e COPEC, a partir da década de 50, teríamos na década de 1980 uma modificação estrutural na economia baiana, com a consolidação do setor secundário como mais dinâmico e importante setor de atividade que veio a superar o caráter agroexportador do estado (Tabela 1). Esta consolidação refletiu-se em concentração setorial na indústria do Estado, já que “àquela época, a indústria química/petroquímica firmou sua posição de mais importante setor industrial da Bahia” (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 91).

Tabela 1 – Composição Setorial do PIB da Bahia (%)

ANO	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	13,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	20,2	40,0	39,8
1985	18,7	42,3	39,0
1990	10,4	38,0	51,5
1995	13,6	35,2	51,3
2000	10,0	41,2	48,7

Fonte: VIEIRA; SOUZA, 2002, p. 104.

Por fim, deve-se ressaltar que o estado baiano pôde enfim superar um de seus “enigmas”, muito embora ainda existam outros a serem superados, tal como o enigma do por que a indústria baiana não se diversificar na direção dos bens finais. Essa superação relativa se dá a

partir de acontecimentos fora de seu domínio e dinâmica interna própria, tendo sido apoiado em seu processo de industrialização pela ação do Governo Federal, através de incentivos fiscais e financeiros no âmbito dos órgãos regionais criados (SUDENE, BNB) e dos programas governamentais (II PND), além dos objetivos de integração nacional e das políticas de desconcentração industrial que condicionaram as especialidades locais, cumprindo importante papel no desenvolvimento socioeconômico estadual (MENEZES, 2000; TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Deste modo, fica exposto que a dinâmica da economia baiana passou a estar condicionada à dinâmica das suas atividades industriais,

e a dinâmica da atividade industrial, por sua vez, reflete significativamente o comportamento da grande indústria produtora de bens de consumo instalada no Sudeste do país, particularmente em São Paulo. Isto porque a indústria baiana concentra-se na produção de bens intermediários, assumindo, portanto, um caráter complementar à indústria instalada no Centro-Sul. Assim, quando cresce o mercado do Sudeste, gera-se uma demanda adicional pela produção da indústria baiana, induzindo a expansão deste e dos demais segmentos da economia estadual (MENEZES, 2000, p. 25).

Esta dinâmica dependente de incentivos e investimentos estatais, além da complementaridade ao centro econômico dominante do país, acabou por condicionar o desempenho da economia baiana a fatores exógenos e, de certa forma, limitativos de uma expansão endógena ou sustentabilidade própria apoiada no desenvolvimento de capacidades produtivas autônomas.

Neste sentido, embora a economia baiana tenha alcançado, no período decorrido, um patamar de industrialização relativamente avançado (tecnologia de ponta e alta concentração de capital), esta não se traduziu em fator de competitividade e dinâmica própria tendo em vista o perfil complementar (produtora de intermediários) ao eixo dominante com a conseqüente subordinação a qual se manteve essa economia.

3.2 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA NO PÓS-1980: EVOLUÇÃO RECENTE

A chegada da década de 1980, com uma nova dinâmica para a economia brasileira, no contexto da década perdida, representou um período de grande recessão e crise no país, correspondente aos fenômenos da crise da dívida externa dos países periféricos, detonada pela

elevação da taxa básica de juros americana e sua conseqüente necessidade de ajustes nas contas externas, e, da crise fiscal e financeira do Estado, sendo traduzida em altas taxas inflacionárias e perda de um agente central na sustentação da expansão econômica nacional e regional.

Neste contexto, a economia baiana como um todo, e o seu segmento industrial, enquanto ramo mais dinâmico para esta economia, no período, sofreram as repercussões deste novo cenário de forma bastante diversa, sendo estas separadas no tempo em duas fases. A primeira fase, compreendendo a primeira metade da década de 80, seria responsável por uma manutenção da expansão econômica baiana em decorrência da maturação dos investimentos recém chegados do COPEC.

Nesta fase inicial, da década de 80, apesar de a indústria formada no estado ser altamente dependente do desempenho nacional, em especial de seu centro dinâmico, ela soube driblar tais efeitos desviando parte de sua produção para o mercado externo aproveitando-se de sua conjuntura favorável, tal como sucedeu com os petroquímicos baianos neste período, além da manutenção dos investimentos desse setor no pólo de Camaçari. Ao mesmo tempo, a metalurgia baiana, segundo setor industrial mais importante no período, conseguiu apresentar um crescimento médio (cerca de 12% a.a.) apoiada em novas inversões no seu parque produtivo por conseqüência da entrada em operação da metalurgia do cobre, sendo ainda mais fortalecida com a ampliação da planta produtiva da Caraíba Metais (entrou em operação em 1982) em 1986 (BALANCO; NASCIMENTO, 2005; NASCIMENTO, 2002; MENEZES, 2000; TEIXEIRA; GUERRA, 2000; UDERMAN, 2005). Dessa forma,

é fato que, durante a primeira metade dos anos 80, a economia baiana registrou um movimento de acumulação que parecia distingui-la do restante da economia brasileira, mas não se deve esquecer que boa parte das empresas resultantes dos investimentos na indústria petroquímica na época ainda estava em fase final de implantação (MENEZES, 2000, p.29).

Contudo, “as dificuldades por que passava a economia brasileira, (...), tinham um caráter mais duradouro. Isso, naturalmente, obstaculizava a continuação dos investimentos da petroquímica e dos outros setores recém-implantados” (MENEZES, 2000, p. 41), sendo

características marcantes deste período seguinte (1986/1992), portanto, a desaceleração da economia baiana e sua estagnação industrial.

Desta forma, com a paralisação dos investimentos previstos para o Pólo de Camaçari e conseqüente estagnação na geração de cadeias produtivas, o ritmo de crescimento da produção na indústria química baiana foi reduzido, apresentando taxas negativas nos anos de 1988, 1990 e 1991 (3,6%; 6,8% e 7,6%, respectivamente), o que, pelo seu elevado peso na estrutura da indústria de transformação baiana, teve seus efeitos declinantes sobre o PIB baiano (CARVALHO JUNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002, p. 14). Ademais, conforme Nascimento (2002, p. 120), durante o quinquênio 1985/1990 o setor de transformação industrial apresentou uma taxa média de crescimento do Valor Agregado Bruto (VAB) menor (1,6% a.a.) do que nos quinquênios imediatamente anteriores, 1975/1980 (19,8% a.a.) e 1980/1985 (4,7% a.a.).

Nesta direção, em face à difícil conjuntura vivenciada pelo segmento químico/petroquímico, desde princípios do Governo Collor, os dispêndios empresariais neste segmento foram desestimulados. E mais, o desaquecimento do mercado interno, somado à queda nas alíquotas de importação (abertura comercial), com um cenário externo de superoferta, ocasionaram uma saturação de importações petroquímicas no mercado nacional, restringindo a alternativa de escoamento da produção para o mercado externo, além de terem sido reduzidos os incentivos e subsídios governamentais para a exportação que haviam sido estrategicamente ofertados na década anterior (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Todavia, contrariamente ao comportamento verificado neste segundo período (1986/92), se verifica uma relativa diversificação na estrutura da indústria de transformação baiana em decorrência da chegada e afirmação do segmento de papel e celulose nesta matriz, dadas as vantagens comparativas que se tinha no estado baiano para tal produção (CARVALHO JUNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002, TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

A partir da década de 1990 uma nova dinâmica econômica passa a condicionar o desempenho da indústria nacional, e, mais especificamente, do estado baiano. Assim, dentre as reformas de caráter neoliberal introduzidas tardiamente no Brasil (final dos anos 80) encontra-se a

abertura comercial, do Governo Collor, que induziu as empresas a se modernizarem e se tornarem mais eficientes em suas relações comerciais, nos moldes dos padrões internacionais, a privatização de estatais e a desregulamentação dos mercados (BALANCO; NASCIMENTO, 2005). Desta forma, “a abertura comercial implementada naquele período, ao tempo que elevou o grau de exposição da empresa nacional, acabou por provocar uma profunda reestruturação industrial com conseqüências negativas sobre o nível de emprego” (BALANCO; NASCIMENTO, 2006, p. 13).

Assim, de um modo geral, “a estrutura da indústria de transformação estadual, no período que se estende até meados da década de 90, sofreu alterações pouco significativas, mantendo uma forte tendência à concentração setorial e espacial” (UDERMAN, 2005, p. 13). Esta manutenção da concentração setorial esteve associada aos segmentos químico/petroquímico e metalúrgico, que mantinham sua participação em torno de 60% na indústria de transformação baiana, enquanto a concentração espacial refere-se à localização dessas atividades na Região Metropolitana de Salvador. Novamente a indústria de papel e celulose pode ser responsabilizada, no período, pela relativa desconcentração nesta indústria (UDERMAN, 2005, p. 13-14).

Entretanto, “a reestruturação produtiva exigida pelo processo de abertura comercial e a recessão econômica atingiram sobremaneira a indústria de transformação baiana, em particular a indústria química, (...)” (VIEIRA; SOUZA, 2002, p. 107). Tal como ressaltado anteriormente, em face da abertura externa e da derrubada das alíquotas de importação que resultaram no aumento da concorrência dos bens intermediários produzidos pela Bahia, fazendo com que os mesmos chegassem relativamente mais caros nos mercados do Centro-Sul do país, houve uma perda de mercado e de competitividade da indústria baiana. “Ademais, a queda dos preços das *commodities* petroquímicas no mercado internacional precipita a crise do setor petroquímico” (NASCIMENTO, 2002, p. 120). De outro modo, num segundo momento,

(...) ocorre uma reestruturação dos principais setores do parque industrial baiano, que, como se sabe, é ainda pouco diversificado e concentra-se em setores internacionalmente competitivos: química e petroquímica, mineração e metalurgia, além de papel e celulose (CARVALHO JUNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002, p. 18).

Portanto, “a partir de 1992, percebe-se uma reação das atividades produtivas baianas e a indústria passa a se beneficiar dos resultados positivos dos investimentos realizados na década anterior” (FERNANDES, 2002, p. 56). Ademais,

no caso específico do principal setor industrial da Bahia, a petroquímica, desde 1994 o panorama era mais ameno. Ajudado pela recuperação dos preços no mercado internacional, em decorrência do maior consumo por parte dos países avançados e pela retomada da demanda interna com o Plano Real, o setor petroquímico brasileiro passou a vender mais por um preço melhor. Internamente chegou a haver problema de abastecimento (...) (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 94).

Outro setor que havia se consolidado anteriormente como segundo mais importante na estrutura industrial baiana, o metalúrgico, apresentou comportamento cíclico, que pode se dividir em duas fases: primeira e segunda metade da década de 1990. Deste modo,

o setor metalúrgico, que nos anos 80 se expandira graças à Petrobrás, à ampliação do sistema de incentivos fiscais, aos créditos interno e externo abundantes e às políticas de expansão do setor produtivo estatal, a partir de 1990 atravessa a crise com perdas nas vendas, paralisação de unidades de produção e falência de algumas empresas. Entretanto, no final da década apresenta um bom desempenho, resultado alcançado com a alta de preços, no mercado internacional, dos produtos metalúrgicos baianos, que se tornaram mais competitivos (NASCIMENTO, 2002, p.120).

Cabe salientar que o bom desempenho da indústria metalúrgica no pós-1994 pode ser explicado por alguns fatores conjunturais do período, além dos já citados. Assim, referindo-se a este segmento, no pós Plano Real, “(...) a estabilidade da moeda, com o controle da inflação, foi um fator de estímulo ao consumo de bens duráveis, viabilizado pelos financiamentos de médio prazo, o que possibilitou o aumento da sua participação no PIB na década (...)” (FERNANDES, 2002, p. 57). Ao mesmo tempo, esse segmento foi impulsionado, ao longo desse período, pelos investimentos de ampliação da Caraíba Metais, que aumentou a capacidade produtiva de sua planta em 1998 e, novamente, em 2000 (UDERMAN, 2005).

Um terceiro segmento, que vem se consolidando como importante segmento, na indústria de transformação baiana, é o de Papel e Celulose, já que contribui para um relativo processo de desconcentração setorial na mesma. Dessa forma, “o surgimento do segmento de papel, papelão e celulose foi muito importante para a atividade industrial baiana na década de 90”

(FERNANDES, 2002, p. 58). Este segmento tem apresentado uma expansão, a mercê de todos os fatores desfavoráveis da década já destacados. Este crescimento sustentado esteve apoiado no volume de investimentos recebidos pelo segmento, que têm como destaque os projetos da Bahia Sul Celulose, empresa controlada pelo grupo Suzano (FERNANDES, 2002, p. 56; UDERMAN, 2005, p. 20).

Assim, de forma bastante sucinta, em face desta nova conjuntura que se apresentou à realidade baiana, percebe-se que

os investimentos na indústria petroquímica, com a duplicação da central de matérias-primas do Pólo Petroquímico de Camaçari no início da década e a ampliação da Refinaria Landolfo Alves (concluída em 1998), e ainda com o surgimento de novos segmentos, como o de Papel e Celulose, durante a década, foram elementos importantes para os resultados positivos no período e a redução dos efeitos negativos do conturbado cenário econômico e político nacional, antes e após a implementação do Plano Real (FERNANDES, 2002, p. 56).

Analisando o desempenho de outros setores, com relativa significância na estrutura industrial baiana, é notável que boa parte desses movimentos tenham sido apoiados pelos programas de atração de investimentos do governo estadual no período em questão (UDERMAN, 2005).

Desta forma, fica evidente que

a partir da retomada dos investimentos ocorrida logo após o processo de estabilização deflagrado em 1994, instalou-se uma disputa pela atração de capitais baseada na concessão de incentivos, especialmente de cunho fiscal, que marcou as intenções das instâncias estaduais em favor do desenvolvimento da indústria durante boa parte dos anos 1990 (UDERMAN, 2005, p. 14).

Dessa forma, em resposta ao esgotamento do Modelo de Substituição de Importações e ao fim das políticas federais de desenvolvimento industrial, por consequência da crise fiscal brasileira e da hegemonia do receituário neoliberal, o governo baiano esteve limitado, no período, a aderir à conhecida “guerra fiscal” (ALMEIDA, 2006). Portanto,

nesse contexto, no qual se destaca a chamada guerra fiscal, o governo do estado da Bahia deu início a um processo agressivo de atração de investimentos, visando a promover modificações em sua indústria. Entre os principais objetivos, tendo em vista a duradoura concentração industrial na Região Metropolitana de Salvador (RMS), estava a desconcentração dessa atividade em direção ao interior do estado e a fixação de uma determinada reestruturação da mesma, visando, sobretudo, ao adensamento do parque industrial e à redução relativa da especialização em bens intermediários (BALANCO; NASCIMENTO, 2006, p. 9).

Essa política de concessão de incentivos fiscais e financeiros, nesse novo contexto, visando à atração de novos investimentos, por parte do governo baiano, articulada à melhoria das condições infra-estruturais, teve início em 1991, com o PROBAHIA, programa de incentivos fiscais voltado para o desenvolvimento industrial do estado (MENEZES, 2000; VIEIRA; SOUZA, 2002). Os resultados dessas políticas puderam garantir o crescimento da economia e indústria baiana, a partir de 1992, e um relativo sucesso de tais instrumentos, já que

várias empresas industriais, atraídas pelos incentivos fiscais estaduais e pelos baixos salários pagos no Nordeste e, ao mesmo tempo, fugindo de deseconomias de aglomeração presentes no Centro-Sul, notadamente dos sindicatos fortes presentes nos pólos industriais dessa região, deslocaram fábricas para a Bahia. O caso mais evidente foi o da indústria calçadista; o mais espetacular, a atração do novo complexo automobilístico da Ford para Camaçari. Mas essa política atraiu também investimentos em ramos diversos, como montagem eletrônica (as “maquiladoras” do pólo de “informática” de Ilhéus), confecções, metalurgia, plásticos (com o programa Bahiaplast), celulose e química (inclusive o mega investimento da Monsanto, na produção de defensivos agrícolas em Camaçari) (ALMEIDA, 2006, p. 44-45).

Desta forma, a economia baiana vai garantir no quinquênio de 1995-2000 uma taxa média de crescimento na indústria de transformação de 2,5% a.a., taxa essa superior às taxas obtidas nos quinquênios imediatamente anteriores a este, 1985-1990 (1,6% a.a.) e 1990-1995 (1,3% a.a.) (NASCIMENTO, 2002, p. 120).

O segmento de Produtos Alimentares, que era o segundo mais importante na indústria de transformação baiana no início da década de 90, em termos de participação no valor agregado bruto (VAB), vai apresentar perda relativa de mais da metade de sua participação no VAB industrial baiano (de 14,8% em 90, para 6,9% em 99) e de posição, no final dessa década, para a indústria metalúrgica, que retoma sua posição de segundo mais importante setor em termos relativos. Os fatores que poderiam explicar tal comportamento seriam: a crise do cacau

e de seus derivados, cujos preços de alguns bens comercializáveis internacionalmente (*tradeables*) sofreram reduções nesses mercados, desestimulando suas produções; e, sobretudo, em função da expressividade dos investimentos em outros segmentos como o químico, o metalúrgico e celulose, já que o crescimento do segmento alimentício continuava em expansão, ou seja, não foi o alimentício que caiu, mas sim as outras atividades que foram mais incentivadas (FERNANDES, 2002; SEI, 2002).

Da mesma forma, o segmento de Bebidas, apesar de ter apresentado um comportamento ascendente ininterrupto desde o ano de 1988, vai sofrer uma retração em sua participação no VAB da indústria de transformação baiana a partir de 1996 (de 6,6% em 96, para 2,7% em 2000) (FERNANDES, 2002; SEI, 2002).

Uderman (2005, p. 21) chama atenção para o fato de que, do total de investimentos previstos para o período 1997/2004 na atividade de produção de Alimentos e Bebidas, equivalentes a 5,6% do conjunto de investimentos industriais anunciados na época no estado baiano, cerca de 60% dos quais se concentravam em três grandes empreendimentos: a implantação do Moinho Dias Branco, na RMS; a instalação da unidade industrial da Avipal, em Feira de Santana; e, a ampliação da fábrica da Bunge, no município de Luis Eduardo Magalhães.

O setor de Couros e Calçados, recém chegado na estrutura da indústria de transformação baiana, se configura com um importante segmento na função de desconcentração da localização das atividades industriais, já que segundo Balanco e Nascimento (2006, p. 27), “(...) a interiorização da indústria é um fato na economia baiana nos anos 90” e “essa interiorização da indústria aconteceu quase exclusivamente em função da implantação do setor calçadista, que desponta como um novo setor dinâmico do estado (...)” (BALANCO; NASCIMENTO, 2005, p. 57). Este segmento amplia sua participação no VTI (Valor de Transformação Industrial) do estado de 0,4%, em 1996, para 2,1%, em 2002 (Tabela 2), tendo por principais empreendimentos a fábrica da Azaléia em Itapetinga, implantada em 1998 e, a recém desativada (em 2004) filial da Picadilly, que havia sido instalada em Juazeiro no final da década de 90 (UDERMAN, 2005, p. 24).

A atividade automobilística foi balizada pelo início das operações do Complexo Automotivo Ford e empresas sistemistas em Camaçari, em 2001, que despontava como um segmento de alto valor agregado que iria contribuir para realizar uma maior integração com a indústria produtora de intermediários local e estabelecer uma indústria produtora de bens finais no Estado. Embora já seja relativamente significativa na estrutura industrial baiana e em suas exportações, ainda é uma expectativa em termos de encadeamento intersetorial, não obstante ela tenha contribuído para a atração de investimentos para a Bahia em torno de grandes empresas produtoras de pneus, tais como a Pirelli, Continental e Bridgestone/Firestone (BALANCO; NASCIMENTO, 2006; FIEB, 2007; TEIXEIRA; GUERRA, 2000; UDERMAN, 2005). Sua participação no VTI da estrutura industrial baiana começa a despontar significativamente a partir de 2002 (4,5%) (Tabela 2).

Tabela 2 – Participação de segmentos selecionados no VTI da Bahia: 1996-2002 (Em %)

Atividades	1996	1998	2000	2002
Coque, Ref. Petróleo e Prod. Álcool	10,4	11,4	33,3	28,1
Química	42,6	39,2	24,0	25,9
Alimentos e Bebidas	16,2	14,9	10,5	10,5
Metalurgia Básica	7,7	7,8	7,0	7,7
Celulose e Papel	4,7	6,0	7,8	6,9
Automobilística	0,1	0,1	0,0	4,5
Têxteis	2,0	1,5	1,7	2,4
Borracha e Plásticos	2,8	3,3	1,4	2,2
Couros e Calçados	0,4	0,5	1,6	2,1
Outros	13,0	15,4	12,7	9,7

Fonte: UDERMAN, 2005, p. 22.

De maneira geral, os últimos anos da década de 1990, podem ser caracterizados, na indústria baiana, pela seguinte tipologia, segundo Menezes (2000, p. 49-50):

- 1) Expansão da base produtiva anterior – incluindo nesta categoria os investimentos de ampliação da RLAM e da Copene, além de um conjunto de empreendimentos na indústria petroquímica, tanto em plantas novas quanto na ampliação das já existentes;
- 2) Bens leves de consumo – referente à implantação de indústrias de bens leves de consumo no pós-Plano Real, a partir de 1996, tendo por casos típicos as empresas de calçados que se implantaram na Bahia em busca de mão-de-obra barata e incentivos fiscais, beneficiadas também pela expansão dos mercados regionais e alguns

investimentos no segmento de Bebidas e Alimentos. Ressaltando-se que essa categoria é menos concentrada espacialmente, o que pode servir como vetores para políticas de desconcentração das atividades econômicas; e,

- 3) Verticalização com adensamento e articulação de cadeias – integram os investimentos na transformação petroquímica, produtos plásticos em geral, e, potencialmente, as indústrias eletrônica e automotiva. Um exemplo importante é o caso da Monsanto que se beneficia de insumos fornecidos pelo Pólo Petroquímico de Camaçari.

Por fim, retoma-se uma breve caracterização das idéias até então expostas, a partir da divisão do desempenho da indústria baiana, em três períodos e dinâmicas distintas, conforme Carvalho Junior, Pessoti e Pereira (2006, p. 9): 1º Período (1975-1986) – fase de transformações estruturais do PIB baiano e crescimento econômico acelerado; 2º Período (1986-1992) – fase de estagnação representada na inflexão do ritmo de crescimento econômico e crise; e, 3º Período (1992-2000) – fase de retomada do crescimento econômico. Deste modo, conforme caracterização estabelecida para o último período acima, teríamos uma expansão industrial no estado, a qual se refletiu significativamente em seu Valor de Transformação Industrial (VTI), registrando, entre 1996 e 2006, taxas de crescimento superiores (717,4%) às taxas apresentadas no nível regional e nacional (428,2% e 293,1%, respectivamente) (Tabela 3).

Tabela 3 – VTI da Indústria de Transformação: BA, NE e BR – 1996/2006

(Em valores reais: 1985 = 100) ³

NÍVEL GEOGRÁFICO	VTI (Em mil reais)			Δ% 2000/1996	Δ% 2006/1996
	1996	2000	2006		
BAHIA	3.325.423	7.742.861	27.181.765	132,8	717,4
NORDESTE	9.429.736	16.389.749	49.808.298	73,8	428,2
BRASIL	129.054.240	192.003.864	507.324.559	48,8	293,1

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

³ Os valores disponibilizados pela PIA foram deflacionados a partir de deflatores implícitos do Produto Interno Bruto (PIB), com base na metodologia antiga das contas regionais. Os deflatores são todos referentes às contas regionais da Bahia. Utilizou-se os deflatores específicos da Indústria de Transformação, cujo ano base de referência para a variação de preços no período analisado foi 1985 (SEI/Coordenação de Contas Regionais, 2008).

Deste modo, no bojo desses últimos movimentos na economia baiana, articulados a uma reestruturação produtiva, com ligeira tendência a desconcentração setorial em sua indústria, verificou-se que

entre 1996 e 2002, a indústria de transformação baiana cresceu a taxas bastante superiores às registradas para a indústria de transformação nacional, contribuindo de forma relativamente mais intensa para a agregação de valor e a geração de postos de trabalho. Além da excelente performance observada no segmento de Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool – que se justifica pela expansão do volume de produção, sobretudo de bens de maior valor agregado, pelos ganhos de produtividade alcançados e pelas variações de preços registradas –, esse desempenho pode ser associado aos esforços de atração de investimentos do governo estadual, que resultaram na implantação de uma série de empreendimentos de relevo em setores como Automobilístico; Couros e Calçados; Equipamentos de Informática; Celulose e Papel (UDERMAN, 2005, p. 31).

Assim sendo, constatou-se que a economia e indústria baiana, ao longo das décadas de 80 e 90, comportaram-se de forma bastante cíclicas, com ondas de expansão e estagnação. Ademais, os setores de sua indústria de transformação que conseguiram driblar os efeitos das diversas conjunturas foram aqueles que conseguiram se adequar aos novos padrões competitivos internacionais se integrando na lógica atual de movimentos pontuais e limitados de manutenção da desconcentração industrial, articulados a vantagens comparativas dentro dos segmentos aos quais estavam inseridos.

4 ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA: 1996 - 2006

Esta seção pretende expor os principais resultados perseguidos por este trabalho ao propor uma análise da estruturação recente (1996-2006) da indústria de transformação do estado da Bahia em suas formas de inserção: regional e nacional. Para tanto serão apresentados alguns indicadores regionais que guiarão as inferências realizadas a partir da comparação dos resultados levantados, tendo por base o quadro referencial que fundamenta tal estudo. Está dividida em três subseções, nas quais serão abordados aspectos metodológicos, a composição setorial da indústria e análises de cada grupo de resultados separadamente.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tendo abordado todo o referencial teórico que fundamenta o desenvolvimento deste trabalho, e tomando o mesmo como ponto de partida, serão utilizados alguns indicadores (medidas de localização e de especialização) que servirão como método de análise regional para a temática em questão (HADDAD, 1989). Esta ferramenta de análise visa identificar possíveis transformações ocorridas na estrutura da indústria de transformação baiana, enfocando o Estado da Bahia e sua indústria de transformação em sua inserção regional e nacional, tendo como período de análise o intervalo de tempo que vai de 1996 a 2006.

Deste método de análise regional, a partir do qual serão feitas as análises que prosseguirão, como medida de localização, será adotado o Quociente Locacional (QL). Do mesmo modo, serão utilizados o Coeficiente de Especialização (CE) e o Coeficiente de Reestruturação (CT) como medidas de especialização.

Em termos de esclarecimento, sinaliza-se que as medidas de localização “são medidas de natureza setorial e se preocupam com a localização das atividades entre as regiões” (HADDAD, 1989, p. 231), procurando identificar padrões de concentração ou dispersão espacial a partir da variável-base adotada para a análise. E, da mesma forma, as medidas de especialização, ou medidas regionais, “se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região (...) com o objetivo de investigar o grau de especialização das economias

regionais num dado período, assim como o processo de diversificação observado entre dois ou mais períodos” (HADDAD, 1989, p. 239), a partir da variável-base adotada.

Sendo assim, serão apresentadas, no quadro-resumo a seguir, as medidas (QL; CE e CT) a serem adotadas neste trabalho com seus significados, destacando, de início, o que expressam os termos utilizados para seus cálculos: V_{ij} = valor de transformação industrial (VTI) na indústria i da região j ; V_{it} = valor de transformação industrial (VTI) na indústria i de todas as regiões; V_{tj} = valor de transformação industrial (VTI) em todas as indústrias da região j ; V_{tt} = valor de transformação industrial (VTI) em todas as indústrias em todas as regiões (BALANCO; SANTANA, 2007, p. 92; SANTANA, 2008, p. 25-26).

INDICADOR	SIGNIFICADO
<p>QUOCIENTE LOCACIONAL (QL)</p> $QL_{ij} = \frac{(V_{ij} / V_{it})}{(V_{tj} / V_{tt})}$	<p>$QL_{ij} > 1$: o setor industrial i da região j é mais relevante na amplitude espacial mais ampla, na qual está inserida a região, do que o conjunto dos demais setores dessa região. Pode indicar um setor industrial básico para a região, voltado para a exportação.</p> <p>$QL_{ij} < 1$: o setor industrial i da região j é mais relevante no âmbito local da região. Pode indicar um setor não básico, voltado para o mercado interno da própria região.</p>
<p>COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO (CE)</p> $CE_j = \frac{\sum_i ((V_{ij} / V_{tj}) - (V_{it} / V_{tt}))}{2}$	<p>$0 < CE_j < 1$</p> <p>$CE_j \approx 1$: a região j tem um elevado grau de especialização setorial que se diferencia da estrutura industrial da amplitude espacial na qual está inserida.</p> <p>$CE_j \approx 0$: a região j apresenta uma composição setorial idêntica em relação a estrutura industrial da amplitude espacial na qual está inserida.</p>
<p>COEFICIENTE DE REESTRUTURAÇÃO (CT)</p> $CT_j = \frac{\sum_i ((V_{ij} / V_{tj})_1 - (V_{ij} / V_{tj})_0)}{2}$	<p>$0 < CT_j < 1$</p> <p>$CT_j \approx 1$: a região j passa por reestruturação profunda na composição de seus setores industriais entre o ano 0 e 1. Indicativo de mudança na estrutura industrial no interior da própria região.</p> <p>$CT_j \approx 0$: a região j não passa por reestruturação na composição de seus setores industriais entre o ano 0 e 1. Indicativo de manutenção da mesma estrutura industrial no interior da própria região.</p>

Quadro 1 – Medidas de localização e de especialização

Fonte: BALANCO, Paulo; SANTANA, Geidson (2007, p. 92); HADDAD, Paulo (1989); SANTANA, Geidson (2008, p. 25-26).

Tendo apresentado os principais conceitos referentes aos indicadores a serem utilizados nesta análise, adverte-se que tais medidas serão calculadas a partir da variável tomada como base

para tal investigação, o Valor de Transformação Industrial, fornecido pelo IBGE, através da Pesquisa Industrial Anual (PIA). Tal variável corresponde, segundo a própria instituição fornecedora dos dados, à diferença entre valor bruto da produção industrial e o custo das operações industriais. Tais dados foram retirados, portanto, do banco agregado de informações e pesquisas do IBGE, o SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), onde consta a já mencionada PIA. Entretanto, devem ser apontadas algumas das limitações apresentadas pelos dados disponibilizados pela PIA, tendo em vista que estes elementos podem, em alguns momentos, desqualificar os resultados apresentados.

Portanto, apresentam-se as principais limitações desta pesquisa: 1) Não considera as empresas com menos de cinco funcionários e nem os autônomos, pois as pesquisas atuais não coletam essas informações, o que alimenta a necessidade de adaptações principalmente em estados como a Bahia com forte presença deste quadro; 2) As pesquisas anuais atuais não apresentam uma boa regionalização para os estados, pois têm como foco a empresa e não o estabelecimento, o que impõe a necessidade de métodos de regionalização criteriosos, tendo em vista que a empresa pode ter unidades operando em várias localidades do espaço nacional; 3) O VTI serve mais como uma aproximação do Valor Agregado (VA) pelo setor em questão, pois não considera itens que são importantes para a relação insumo-produto das atividades, e, sendo assim, o VTI de algumas indústrias pode ser subestimado em relação ao valor realmente adicionado pelo setor industrial (PESSOTI; FIGUEIRÔA, 2007).

Portanto, será feita uma análise a partir dos resultados apresentados pelas medidas em questão, entre os anos de 1996 e 2006, com base no VTI da indústria de transformação da Bahia (Categoria D, conforme classificação da CNAE/IBGE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas), e de sua participação na região Nordeste e no país, com base nos valores apresentados para doze principais segmentos selecionados, sendo estes a seguir discriminados por ordem de classificação definidas pela CNAE: **15** - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas; **17** - Fabricação de produtos têxteis; **19** - Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados; **21** - Fabricação de celulose, papel e produtos de papel; **23** - Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool; **24** - Fabricação de produtos químicos; **25** - Fabricação de artigos de borracha e plástico; **27** - Metalurgia básica; **29** - Fabricação de máquinas e equipamentos; **30** - Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de

informática; **33** - Fabricações de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios; e, **34** - Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias.

4.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA COMPOSIÇÃO E INSERÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA NO CENÁRIO REGIONAL E NACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO VTI (1996-2006)

Tomando por base a contribuição da indústria de transformação baiana no Valor de Transformação Industrial do país (BA/BR), a Bahia apresentou, em 2006, consolidação a nível nacional em três principais setores: 1) Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática (liderando a participação setorial da BA no Brasil), segmento que emergiu como importante vetor de desconcentração setorial e espacial no conjunto da indústria baiana; 2) Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, segmento que não só se manteve como um vetor competitivo nesta estrutura industrial, como também ampliou bastante sua agregação de valor nesta mesma indústria; e, 3) Fabricação de produtos químicos, segmento que aparentemente veio decaindo em sua contribuição para o agregado da indústria baiana, mas que não é um comportamento verificável na realidade, tendo em vista que isso pode ter sido causado devido à desagregação das atividades petroquímicas pela PIA, já que em outras análises era tudo “Química” (Tabela 4). Tomando-se 5% como parâmetro de significância da participação na estrutura de valor nacional, seriam acrescidos ainda os segmentos: 4) Couro e calçados; 5) Papel e celulose; e, 6) Automobilístico, que se aproxima deste percentual.

Salienta-se que num espaço de tempo de dez anos há uma mudança qualitativa na estrutura da indústria baiana em sua inserção nacional, com crescimento da participação de alguns setores já consolidados e emergência de novos.

Ressaltando que a relativa redução (perda de posição) na contribuição dos segmentos químico e metalúrgico, em contrapartida à emergência do segmento de fabricação de máquinas de escritório e equipamento de informática, demonstra desde já algumas movimentações significativas na configuração industrial da Bahia, inserida nos níveis nacional e regional.

Tabela 4 – Indústria de Transformação Bahia/Brasil: Participação (%) de segmentos selecionados no VTI setorial nacional

SETOR - CNAE/IBGE	1996	2000	2006	Δ (p.p.) ⁴ 2006/1996
Fabricação de alimentos e bebidas	2,31	2,82	2,14	-0,17
Fabricação de produtos têxteis	1,51	2,24	2,58	1,07
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,44	3,17	6,29	5,85
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	3,14	6,83	5,01	1,87
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	4,54	11,26	15,91	11,37
Fabricação de produtos químicos	8,54	7,81	10,44	1,90
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1,71	1,49	4,14	2,43
Metalurgia básica	3,54	4,26	2,60	-0,94
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,92	0,84	1,12	0,20
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	1,63	15,81	17,77	16,14
Fab. de equip. de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	0,64	0,41	0,99	0,36
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,03	0,02	4,23	4,20
Outros	0,95	1,09	1,91	0,96
Indústria de Transformação	2,58	4,03	5,36	2,78

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

Também chamam a atenção os segmentos de Preparação e fabricação de couro e calçados, Fabricação de papel e celulose e Automobilístico que vieram se destacando na mesma estrutura e consolidando suas posições em termos de agregação de valor (Tabela 4). Movimento este já verificado anteriormente sob a análise da economia baiana, ao se constatar o conjunto de fatores que contribuíram para tal direcionamento industrial, tais como a conhecida “guerra de incentivos” da década de 1990, no caso da indústria calçadista e ainda da automobilística, e das vantagens comparativas na produção da celulose na Bahia.

Na comparação regional (BA/NE), destacam-se, em 2006, seis principais segmentos: 1) Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática (lidera a participação setorial da BA no NE); 2) Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e

⁴ Variação em pontos percentuais.

carrocerias, importante segmento para a redefinição do papel da indústria baiana no conjunto da matriz industrial regional e nacional, pois é considerado bem de consumo final, em oposição ao arranjo original da indústria baiana que foi desenvolvida como supridora de bens intermediários para o restante de país; 3) Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool; 4) Fabricação de celulose, papel e produtos de papel; 5) Fabricação de produtos químicos, segmento que perde o papel de destaque no cenário regional, embora tenha se mantido entre os principais setores; e, 6) Fabricação de artigos de borracha e plástico (Tabela 5).

Neste nível de análise a importância da indústria da Bahia fica bastante visível, o que reflete as elevadas participações setoriais na estrutura de valor regional, conforme tabela a seguir (Tabela 5).

Tabela 5 – Indústria de Transformação Bahia/Nordeste: Participação (%) de segmentos selecionados no VTI setorial regional

SETOR - CNAE/IBGE	1996	2000	2006	Δ (p.p.) 2006/1996
Fabricação de alimentos e bebidas	20,91	23,43	19,82	-1,09
Fabricação de produtos têxteis	9,18	11,25	17,73	8,55
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	4,01	16,94	20,59	16,58
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	65,13	86,64	73,73	8,60
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	49,26	93,51	92,43	43,17
Fabricação de produtos químicos	68,34	67,95	72,16	3,82
Fabricação de artigos de borracha e plástico	42,27	36,05	62,09	19,82
Metalurgia básica	41,45	40,75	35,47	-5,98
Fabricação de máquinas e equipamentos	34,41	33,61	35,91	1,50
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	80,86	98,45	97,73	16,87
Fab. de equip. de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	33,98	21,61	41,85	7,87
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	13,60	5,21	95,31	81,71
Outros	20,14	21,18	31,12	10,98
Indústria de Transformação	35,27	47,24	54,57	19,31

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

Quando se trata da análise interna da economia baiana, enquanto segmentos significativos na estrutura de sua indústria de transformação, em 2006, a partir de seus valores gerados (VTI), encontravam-se: 1) Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, segmento que despontou como um grande agregador de valor para a indústria baiana, nos três níveis de análise (estadual, regional e nacional) e, apresentou a maior variação relativa, em pontos percentuais (29,39 p.p.), no período (1996-2006) no estado; e, 2) Fabricação de produtos químicos, segmento que se apresenta aparentemente como perdendo posição, mas que, tal como já explicado anteriormente, não pode ser levado em conta tal comportamento, tendo em vista a desagregação das atividades químicas e petroquímicas da PIA. Adicionam-se também, em um segundo nível, os segmentos de Fabricação de produtos alimentícios e bebidas e o de Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias, que se destacam em 2006 com alguma importância relativamente aos demais (Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição percentual de segmentos selecionados no VTI da Indústria de Transformação da Bahia

SETOR - CNAE/IBGE	1996	2000	2006	Δ (p.p.) 2006/1996
Fabricação de alimentos e bebidas	16,22	10,46	6,92	-9,30
Fabricação de produtos têxteis	2,03	1,67	1,04	-0,99
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,39	1,60	2,09	1,70
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	4,74	7,80	3,50	-1,24
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	10,41	33,35	39,80	29,39
Fabricação de produtos químicos	42,64	23,97	21,10	-21,54
Fabricação de artigos de borracha e plástico	2,79	1,44	2,86	0,07
Metalurgia básica	7,68	6,97	4,13	-3,55
Fabricação de máquinas e equipamentos	2,55	1,16	1,24	-1,31
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,39	4,58	2,34	1,95
Fab. de equip. de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	0,21	0,10	0,16	-0,05
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,08	0,04	6,86	6,78
Outros	9,87	6,86	7,96	-1,91

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

Em 1996 os segmentos de maior participação no VTI da indústria de transformação baiana eram o segmento de Fabricação de produtos químicos (liderava), Fabricação de produtos alimentícios e bebidas, Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool e Metalurgia básica (Tabela 6). Ressalta-se que estes segmentos, embora tenham invertido suas posições na agregação de valor, fato quase que natural quando se tratam de atividades econômicas que acompanham conjunturas diversas, com seus ciclos de expansão e retração atuando diferenciadamente sobre cada segmento, continuam, entretanto, como o grupo que mais contribui para o VTI da indústria baiana, com exceção do metalúrgico. Da mesma forma, ao tempo em que emerge o segmento automobilístico nessa estrutura, reduz-se a participação do segmento de alimentos e bebidas, redução essa que compensa o crescimento da participação do primeiro, resultando numa perda líquida de especializações ao fortalecer a concentração interna.

De modo geral, fica constatado que muito embora a inserção da Bahia no cenário regional (NE) e nacional (BR) tenha se dado de forma significativa em um maior número segmentos industriais, o que demonstra a possibilidade de emergência de novos vetores de expansão de sua base industrial, esta mesma configuração produtiva ainda se mantém internamente (BA) concentrada, em termos de valor agregado (VTI), nos mesmos segmentos de outrora, ou seja, químico-petroquímico (Tabela 7). Portanto, há uma contradição em termos, pois, embora tenha expandido o número de segmentos significativos nessa estrutura em sua participação regional e nacional, ela mantém e aumenta (de 53,05% em 96, para 60,9% em 2006) a concentração, internamente, em dois principais segmentos: químico e refino de petróleo (Tabela 7).

A intensa expansão no VTI do segmento de coque e refino de petróleo (de R\$ 415,7 milhões em 1996 para R\$ 10,8 bilhões em 2006), que vem apresentando destaque em todos os níveis de análise, pode ser explicada, segundo estudos da Agência Nacional de Petróleo (ANP) “não apenas pelo aumento da produção de derivados do petróleo, mas também pela estratégia de refino da Petrobras, que envolve a produção de bens mais nobres e especiais, capazes de ampliar a oferta de derivados com alto valor agregado” (ANP, 2004 apud UDERMAN, 2005, p. 18). Sendo assim, esta é a caracterização recente da distribuição da estrutura de valor da indústria baiana em sua inserção regional e nacional.

Tabela 7 – Valor de Transformação Industrial (2006): BA; NE e BR – (Mil Reais)

SETOR - CNAE/IBGE	BA	NE	BR
Fabricação de alimentos e bebidas	1.884.727	9.509.323	88.042.976
Fabricação de produtos têxteis	282.513	1.593.009	10.938.653
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	569.853	2.767.807	9.054.795
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	952.958	1.292.563	19.027.101
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	10.847.698	11.735.541	68.166.603
Fabricação de produtos químicos	5.749.728	7.967.796	55.056.674
Fabricação de artigos de borracha e plástico	778.932	1.254.467	18.832.310
Metalurgia básica	1.124.840	3.171.463	43.224.300
Fabricação de máquinas e equipamentos	337.710	940.408	30.246.038
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	638.031	652.846	3.590.239
Fab. de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	43.090	102.966	4.344.438
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.868.410	1.960.323	44.208.278
Outros	2.176.234	6.993.478	113.953.878
Indústria de Transformação	27.254.724	49.941.990	508.686.283

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta subseção serão apresentados os principais resultados e análises a partir das medidas regionais. Os três sub-tópicos que estruturam esta seção farão menção aos respectivos indicadores discriminados a seguir: Quociente Locacional; Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Reestruturação.

4.3.1 Quociente locacional: Identificação de segmentos básicos e não básicos

O quociente locacional, medida de localização, representa, como já definido na seção metodológica, a comparação entre a participação percentual de um dado setor da localidade analisada em determinada amplitude espacial na qual está inserida, com a participação da indústria total desta mesma localidade na mesma amplitude espacial em que se insere. Assim,

um $QL_{ij} > 1$ pode significar que a localidade é mais importante, no contexto global (amplitude nacional ou regional), em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores, podendo apresentar-se, portanto, como uma atividade básica na localidade voltada para a exportação. Enquanto um $QL_{ij} < 1$ pode significar que determinado setor industrial é mais relevante no âmbito local, podendo indicar um setor não básico, voltado para o mercado interno da própria localidade (BALANCO; SANTANA, 2007, p. 92; HADDAD, 1989; SANTANA, 2008, p. 25-26).

Tomando-se, novamente, a fórmula que originará os resultados a seguir, teríamos, aplicando para o caso de análise que será aqui tratado: $QL_{ij} = (V_{ij} / V_{it}) / (V_{tj} / V_{tt})$, onde a expressão (V_{ij} / V_{it}) representa a participação percentual de um segmento da indústria baiana no total global deste segmento na indústria de transformação nordestina ou nacional, enquanto (V_{tj} / V_{tt}) representa a participação percentual da indústria de transformação baiana total na indústria de transformação do Nordeste ou do país (serão utilizadas as duas amplitudes espaciais neste estudo).

Tabela 8 – Quociente locacional: Bahia/Nordeste (segmentos selecionados)

SETOR - CNAE/IBGE	1996	2000	2006
Fabricação de alimentos e bebidas	0,59	0,50	0,36
Fabricação de produtos têxteis	0,26	0,24	0,32
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,11	0,36	0,38
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	1,85	1,83	1,35
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	1,40	1,98	1,69
Fabricação de produtos químicos	1,94	1,44	1,32
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1,20	0,76	1,14
Metalurgia básica	1,18	0,86	0,65
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,98	0,71	0,66
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	2,29	2,08	1,79
Fab. de equip. de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	0,96	0,46	0,77
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,39	0,11	1,75

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

Tomando-se as amplitudes espaciais consideradas (BA/NE) e (BA/BR) e os doze mais significativos segmentos da estrutura industrial baiana, já destacados anteriormente nos aspectos metodológicos deste trabalho, seguem a seguir os principais resultados encontrados, e suas possibilidades de inferências, no período de 1996 a 2006.

Os resultados mostram que de 1996 para 2006, de acordo com o que propõe a medida de localização adotada, segmentos com QIs acima da unidade indicariam possíveis segmentos básicos voltados para fora da localidade, ou seja, atividades voltadas para a exportação (Tabela 8).

Portanto, teríamos em 2006 no Estado, de acordo com esse perfil (atividades exportadoras - básicas), em sua relação com o Nordeste, seis segmentos que se enquadrariam neste grupo: 1) Máquinas para escritório e equipamentos de informática; 2) Automobilístico; 3) Coque, refino de petróleo e produção de álcool; 4) Papel e celulose; 5) Produtos químicos; e, 6) Artigos de borracha e plástico.

Pelos resultados apresentados explicita-se que, de um modo geral, a caracterização da indústria baiana enquanto fornecedora de bens intermediários para o resto do país vem passando por um relativo processo de transformação, tendo em vista que passam a emergir categorias outras além daquelas que configuravam a concentração anteriormente consolidada. Entretanto, o que marca estruturalmente o perfil desta indústria, tomando o VTI como referência, é a substituição do segmento metalúrgico, antes básico (1996), pelo segmento automobilístico, já que este último segmento, antes inexistente na estrutura industrial baiana, vai emergir como um novo vetor de expansão e desconcentração desta estrutura, além de levantar expectativas quanto a possíveis encadeamentos setoriais que podem vir a se constituir com o mesmo, muito embora na prática, até o período a que se estende esse estudo, estas possibilidades tenham deixado a desejar.

Partindo agora a análise para a amplitude espacial nacional, ou seja, relação Bahia/Brasil, teríamos, em 2006, quatro segmentos que seriam considerados básicos (mais importante para a Bahia na amplitude nacional do que localmente) e, portanto, possíveis atividades voltadas para a exportação: 1) Máquinas para escritório e equipamentos de informática; 2) Coque,

refino de petróleo e produção de álcool; 3) Produtos químicos; e, 4) Couro e calçados (Tabela 9). Entretanto, outro segmento merece destaque, o de papel e celulose, já que, apesar de não ter sido captado pelo indicador, no ano de 2006, se apresenta claramente como uma atividade básica para a indústria baiana tendo em vista que sua produção é destinada para fora do mercado local. Esta não captação do segmento enquanto atividade básica pode ter sido causada pelo nível de agregação disponibilizado pelos dados do VTI, já que a produção de papel não se configura como atividade importante nesta matriz, mas sim a de celulose.

Tabela 9 – Quociente locacional: Bahia/Brasil (segmentos selecionados)

SETOR - CNAE/IBGE	1996	2000	2006
Fabricação de alimentos e bebidas	0,90	0,70	0,40
Fabricação de produtos têxteis	0,59	0,56	0,48
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,17	0,79	1,17
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	1,22	1,69	0,93
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	1,76	2,79	2,97
Fabricação de produtos químicos	3,32	1,94	1,95
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,66	0,37	0,77
Metalurgia básica	1,37	1,06	0,49
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,36	0,21	0,21
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,63	3,92	3,32
Fab. de equip. de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	0,25	0,10	0,19
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,01	0,01	0,79

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

Importante destacar que no nível nacional a Bahia vem perdendo segmentos voltados para a exportação e concentrando esse perfil em poucos setores, sendo mantidos os já dominantes químico e petroquímico e emergindo dois novos atraídos por vantagens locais, tais como mão-de-obra barata e incentivos diversos oferecidos pelo governo local.

Neste nível de análise (amplitude nacional), ratificam-se os segmentos de maior importância na estrutura industrial baiana, químico-petroquímico, que definem sua principal função no contexto nacional, qual seja, de fornecedores de bens intermediários para o restante do país,

enquanto os outros dois segmentos (máquinas de escritório e equipamentos de informática e couro e calçados) respondem à dinâmica de atração de investimentos proporcionada pela “guerra de incentivos” na maioria dos espaços locais, a mercê da perda dos incentivos de expansão produtiva regional antes proporcionados pelo Estado Desenvolvimentista Planejador.

Estes últimos novos vetores de expansão da indústria baiana (couro e calçados e informática) cumprem o papel de desconcentrar a indústria baiana, tanto em termos espaciais, deslocando as atividades industriais do entorno da Região Metropolitana de Salvador (RMS), como também diversificam a matriz desta mesma indústria, reduzindo a dependência em relação aos segmentos dominantes, ao tempo em que moldam uma estrutura não tanto concentrada em bens intermediários como havia sido há algum tempo.

4.3.2 Coeficiente de especialização e grau de especialização industrial da Bahia

Como já assinalado, o coeficiente de especialização, indicador regional, faz uma comparação entre a estrutura produtiva da localidade investigada e a estrutura de uma amplitude espacial maior, que no caso aqui investigado será a amplitude regional (NE) e a nacional (BR). A partir de tal comparação a medida poderá apresentar os seguintes resultados: $CE_j \approx 1$, podendo indicar que a região j tem um elevado grau de especialização em sua amplitude setorial que se diferencia da estrutura industrial das amplitudes regionais do espaço NE e BR; e, $CE_j \approx 0$, podendo indicar que a região j apresenta uma composição setorial idêntica em relação a estrutura industrial da amplitude NE e BR (BALANCO; SANTANA, 2007, p. 92; HADDAD, 1989; SANTANA, 2008, p. 25-26).

Assim, apresenta-se a seguir a fórmula matemática da medida de especialização referida: $CE_j = \sum_i (| (V_{ij} / V_{tj}) - (V_{it} / V_{tt}) |) / 2$, onde o termo (V_{ij}/V_{tj}) representa a participação percentual do segmento i no total da indústria da localidade investigada (BA), enquanto o termo (V_{it}/V_{tt}) representa a participação percentual do mesmo setor i , mas agora o da amplitude espacial global, no total das atividades industriais desta mesma amplitude (NE ou BR). A partir de tais definições conceituais serão apresentados os principais resultados para este indicador.

Tabela 10 – Coeficiente de Especialização: Indústria de Transformação BA/NE e BA/BR

Amplitude espacial	1996	2000	2006
BA/NE	0,239	0,255	0,237
BA/BR	0,287	0,306	0,314

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

A partir dos resultados levantados percebe-se uma diferenciação quase inexistente entre a estrutura industrial baiana e a estrutura das indústrias regional e nacional, tendo em vista que os indicadores calculados se aproximam de zero. Entretanto, verificou-se que a diferenciação é maior em relação à estrutura nacional, o que de fato é facilmente perceptível não só em função de a mesma estrutura industrial estadual manter uma forte participação no agregado regional, mas também em função dos fatores econômicos (tais como fatores locais, estratégias políticas de governos, etc.) e estruturais, que definiram para aquela região (NE) determinado padrão industrial que passa a orientar os padrões produtivos de seus estados membros, tal como se apresentou ao longo do corpo teórico deste trabalho.

De outro modo, observa-se ainda que os resultados do coeficiente de especialização apresentados para a relação BA/NE vão se reduzindo, de 1996 a 2006, e, portanto, se aproximando cada vez mais de zero, podendo indicar possíveis aproximações em termos de estruturas industriais, entre as mesmas amplitudes espaciais, ou ampliação no número de segmentos nos quais se especializa esta estrutura, já que ao diversificar sua matriz reduz o grau de concentração setorial. Sendo assim, teríamos enquanto novas especializações na estrutura industrial baiana, diante da sua inserção regional, a partir dos resultados apresentados por outro indicador (QLij), os segmentos automobilístico, papel e celulose e máquinas para escritório e equipamentos de informática.

Já no outro nível de relação (BA/BR), o comportamento levemente ascendente apresentado pelos coeficientes, pode indicar possíveis distanciamentos entre as estruturas da indústria estadual (BA) e nacional (BR), ou ainda, um aumento no grau de especialização da indústria local frente à estrutura industrial nacional. Tomando essa última inferência, e comparando com os resultados expostos na seção anterior com o quociente locacional referente à relação BA/BR, teríamos a constatação de que os segmentos químico e petroquímico apenas reafirmaram as posições já consolidadas desde há muito tempo, muito embora o setor de

Coque e refino de petróleo tenha se destacado fortemente em todos os níveis de análise a partir de seu VTI, o que pode indicar também uma possível (re)concentração setorial, ou seja, não apenas uma elevação no número de setores nos quais a indústria baiana se especializa, mas também uma reconcentração (manutenção de especializações) em torno dos mesmos, o que também pode estar justificando as quase insignificantes variações em seu coeficiente de especialização.

4.3.3 Coeficiente de reestruturação e modificações na composição setorial industrial da Bahia

O coeficiente de reestruturação é uma medida regional, ou de especialização, que visa especificamente encontrar possíveis processos de diversificação nas estruturas produtivas, entre dois ou mais períodos. Relaciona a estrutura da variável-base adotada entre dois períodos, visando identificar o grau de mudança na especialização da localidade investigada. Assim, tal medida pode apresentar os seguintes resultados e significados: $CT_j \approx 1$, a região j passa por reestruturação profunda na composição de seus setores industriais entre o ano 0 e 1, podendo ser um indicativo de mudança na estrutura industrial no interior da própria região; $CT_j \approx 0$, a região j não passa por reestruturação na composição de seus setores industriais entre o ano 0 e 1, podendo indicar a manutenção da mesma estrutura industrial no interior da própria região (BALANCO; SANTANA, 2007, p. 92; HADDAD, 1989; SANTANA, 2008, p. 25-26).

Assim, apresenta-se adiante a expressão matemática de tal medida regional: $CT_j = \sum_i (| (V_{ij} / V_{tj})_1 - (V_{ij} / V_{tj})_0 |) / 2$, sendo o termo $(V_{ij} / V_{tj})_1$ a expressão que representa a participação do segmento i na indústria da localidade investigada (BA), no tempo 1 (Ano 1), enquanto o termo $(V_{ij} / V_{tj})_0$ é a participação do mesmo segmento na estrutura industrial da localidade investigada (BA) no tempo 0 (Ano 0).

Tendo em vista que o indicador faz uma análise comparativa entre períodos de tempo distintos, os valores correntes foram deflacionados com base em deflatores específicos da indústria de transformação a partir das contas regionais para a economia baiana, tomando 1985 como o ano base da variação de preços (SEI/Coordenação de Contas Regionais, 2008).

Tabela 11 – Coeficiente de Reestruturação: Indústria de Transformação - BA; NE e BR

NÍVEL GEOGRÁFICO	1996 - 2000	1996 - 2006
BAHIA	0,31	0,40
NORDESTE	0,16	0,23
BRASIL	0,08	0,11

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE e deflatores da SEI/Coordenação de Contas Regionais, 2008.

A partir de tais resultados, isoladamente, poderia ser inferido que apresentaram poucos indícios de mudanças na configuração industrial baiana, em termos de estruturas de valor. Entretanto, ao fazer a mesma análise a partir da comparação com os resultados apresentados nos outros níveis geográficos (NE e BR) percebe-se que de fato pode ter ocorrido alguma modificação estrutural na matriz industrial estadual, tendo em vista que tal localidade apresentou no período os maiores coeficientes de reestruturação relativos, processo esse que é mais fortalecido ao se constatar um leve crescimento em tal medida regional.

Outra maneira de se constatar esse leve indício de reestruturação industrial no estado baiano é tomar os resultados apresentados pelas outras medidas regionais utilizadas neste trabalho, e tentar verificar possíveis analogias entre os resultados. Desse modo, tomando-se os resultados do quociente locacional (QLij) para a indústria baiana em sua inserção regional, teríamos a consolidação do segmento de fabricação de equipamentos de escritório e informática como um movimento modificador da composição estrutural industrial do estado em questão, assim como o segmento automobilístico que se apresentou como mais um segmento básico para a estrutura dessa localidade, enquanto vetor direcionado à exportação. Neste mesmo grupo, de novos segmentos básicos na estrutura industrial baiana em sua inserção regional, emerge também o segmento de papel e celulose, que igualmente contribui para essa moderada reestruturação industrial no período.

Em sentido contrário, a reestruturação pode ter se dado também em função da redução da participação e peso da atividade metalúrgica nos três níveis geográficos (BA; NE e BR) analisados, refletindo uma estagnação do segmento na economia baiana e a perda de um importante setor em sua estrutura industrial.

Da mesma forma, na inserção da Bahia no cenário nacional, a emergência dos segmentos de couro e calçados e, novamente, equipamentos de escritório e informática, sugere também prováveis processos de reestruturação industrial para o período em questão, tendo em vista que a posição de dominância, nesta estrutura, de determinados segmentos como o químico e petroquímico, passa a ser contestada a partir destes novos vetores que surgem desconcentrando tal estrutura de valor. Além do mais, tomando a questão do perfil industrial baiano, poderia ainda sugerir mudanças na categoria de bens produzidos por esta matriz industrial, tendo em vista que a participação relativa de segmentos de bens finais vai remodelando essa caracterização, até então concentrada em bens intermediários.

Verificou-se também que, apoiando-se nos resultados para o coeficiente de especialização, a Bahia veio se especializando em um maior número de segmentos, ampliando sua contribuição no VTI regional e nacional e orientando uma inserção mais diferenciada dessa estrutura produtiva.

Por fim, vale ressaltar que muito embora possa ter havido no período de análise em questão uma provável reestruturação industrial na economia baiana, em virtude da dimensão deste processo pode-se constatar que ele ainda não foi capaz de prover uma estrutura industrial verdadeiramente diversificada e competitiva nos mais variados segmentos e perfis de inserção. Isto não foi possível já que, novamente, articulados a movimentos pontuais e limitados, como nas configurações industriais regionais no pós-90, buscando ora vantagens comparativas naturais (ex. papel e celulose), ora vantagens de custos, ou até mesmo vantagens por conta da doação de incentivos por parte dos governos locais, estes novos vetores de desconcentração surgem articulados a uma lógica externa ao local de estabelecimento produtivo, e, portanto, desintegrados ao restante da cadeia, portanto, não conseguem estabelecer encadeamentos setoriais de forma a fortalecer a matriz industrial do estado e reduzir sua dependência em relação à dinâmica de outras localidades.

Assim, tendo confirmado a existência de um leve processo de reestruturação ao qual vem passando a indústria baiana, reafirma-se que este somente conseguiu, até o presente momento, ampliar a quantidade de segmentos que passa a compor a matriz do estado, sem, no entanto promover uma efetiva desconcentração, tendo em vista que a maior parte do Valor de Transformação Industrial relacionado à esta atividade econômica (60,9% em 2006) ainda

correspondia aos segmentos químico e petroquímico (coque e refino de petróleo e produção de álcool) já consolidados nesta estrutura desde há muito tempo. E, ao não fazê-lo, mantém a posição dominante em torno dos mesmos segmentos historicamente consolidados ao tempo em que determinam uma inserção produtiva e comercial subordinada e dependente, ou seja, ancorada em pouco mais de dois segmentos e estruturada em bens intermediários altamente dependentes de uma dinâmica externa ao local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou encontrar possíveis movimentos de reestruturação na indústria de transformação do estado da Bahia no período de 1996 a 2006, incorporando as análises dos desequilíbrios regionais e das possíveis conseqüências da abertura comercial e da emergência da ideologia neoliberal sobre as estruturas produtivas regionais e locais, tendo em vista a implantação de novos padrões competitivos e exigências específicas que passam a ser colocadas diante dos distintos segmentos industriais, neste contexto, além da retirada de um importante protagonista no processo de formação industrial das localidades periféricas regionais, que foi o Estado Desenvolvimentista Planejador.

Assim, ao longo do processo de desconcentração das atividades produtivas nacionais, no pós-1970, em direção às regiões economicamente desfavoráveis, com destaque para as atividades industriais, a Bahia consegue perder sua feição agroexportadora e vai se inserir na matriz produtiva nacional como uma economia cuja indústria consolidada na década de 1980 se especializa na produção de bens intermediários, e, portanto, altamente dependente de uma dinâmica exógena ao seu domínio. Desta forma, a indústria baiana do período referido concentra sua produção principalmente nos segmentos químico e petroquímico, e em mais um grupo restrito de segmentos que conseguem manter algum destaque relativo na mesma, tais como a metalurgia e a produção de alimentos e bebidas.

Entretanto, a partir de finais da década de 1980, com o fim das políticas e programas governamentais de fomento à expansão produtiva regional e redução das desigualdades econômicas entre os espaços nacionais, articulado à crise econômica a que se encontrava o país na famosa década perdida, conforma-se um processo de esgotamento dos movimentos de desconcentração produtiva, e, portanto, cada espaço local passa a ser responsável por sua própria dinâmica produtiva e econômica.

Acompanhando esse processo, no entanto, emergiram alguns movimentos desconcentradores restritos e limitados a determinados segmentos que conseguiram se articular à nova dinâmica global, após a abertura comercial efetivada na década de 1990, atendendo a requisitos lógicos de seu setor, em face às novas exigências setoriais específicas típicas desse novo paradigma pós- reestruturação industrial.

Outro movimento importante nesse novo contexto de integração competitiva global foi o aprofundamento da tão conhecida “guerra fiscal”, desta vez articulada à perda do Estado Intervencionista, através da qual se concretizou o processo de descentralização das políticas de desenvolvimento produtivo, com a busca incessante de atração de investimentos por parte dos espaços locais com base na concessão de incentivos diversos, desde isenções fiscais até galpões e terrenos para a instalação de empreendimentos. Neste processo a Bahia conseguiu absorver para a sua matriz industrial uma série de empreendimentos tais como o automobilístico, couro e calçados e equipamentos de informática.

A partir de tal contextualização histórica foram utilizados alguns indicadores regionais, como medidas de localização e especialização, visando encontrar possíveis mudanças na estrutura industrial baiana em sua inserção regional e nacional, nesse período em questão. Portanto restringiu-se as análises encaminhadas neste trabalho aos respectivos indicadores a seguir discriminados: o Quociente locacional (QL_{ij}); o Coeficiente de especialização (CE_j); e, o Coeficiente de Reestruturação (CT_j). Com eles, buscou-se a identificação de possíveis mudanças em padrões de concentração setoriais ou grau de especialização de determinadas estruturas produtivas, assim como possíveis processos de reestruturação dentro das mesmas.

Os resultados apresentados por tais indicadores confirmaram um moderado processo de reestruturação com diversificação e desconcentração setorial na estrutura da indústria de transformação baiana, a partir de sua distribuição do Valor de Transformação Industrial para os principais segmentos selecionados de sua matriz. Assim, a simples distribuição percentual dos VTIs apresentados por cada segmento selecionado da indústria baiana inseridos na composição da indústria regional e nacional já mostrava a emergência de novos vetores de direcionamento industrial do estado, indicando desde já prováveis movimentos de modificações estruturais.

Estes indícios foram fortalecidos com os resultados apresentados pelos Quocientes Locacionais dos segmentos selecionados da indústria baiana, que demonstraram, para o nível de inserção regional nordestina, em 2006, a presença de seis segmentos considerados básicos ou voltados para exportação: 1) Máquinas para escritório e equipamentos de informática; 2) Automobilístico; 3) Coque, refino de petróleo e produção de álcool; 4) Papel e celulose; 5) Produtos químicos; e, 6) Artigos de borracha e plástico. Enquanto no nível nacional foram

levantados quatro segmentos, três deles já presentes no nível regional: 1) Máquinas para escritório e equipamentos de informática; 2) Coque, refino de petróleo e produção de álcool; 3) Produtos químicos; e, 4) Couro e calçados.

O Coeficiente de Especialização mostrou que embora tenham emergido novos segmentos nos quais se especializa a indústria baiana, contribuindo para a relativa diversificação setorial nesta estrutura, esta ainda mantém uma forte concentração de valor em torno dos seus segmentos dominantes principais, o químico e petroquímico. Já o Coeficiente de Reestruturação apresentou leves indícios de reestruturação industrial baiana, ao comparar seus resultados com os já levantados pelos demais indicadores, e ao mostrar um comportamento ascendente relativamente superior ao registrado nos níveis regional e nacional.

Portanto, articulados a distintos padrões setoriais de concorrência expressivamente importantes após a abertura comercial da década de 1990 e suas exigências locais específicas, emergem segmentos diferenciados na estrutura industrial baiana. A combinação de baixo custo de mão-de-obra mais os incentivos oferecidos pelos governos locais resulta em movimentos pontuais e isolados de emergência de novas atividades industriais, tais como calçados, informática e automobilística, cujo caráter se diferencia do perfil complementar ao eixo dominante já consolidado na estrutura industrial baiana. Entretanto, a simples introdução destes setores, através da mera busca de vantagens ou requisitos locais diversos, sem possíveis encadeamentos inter-setoriais reflete os baixos efeitos dinamizadores e as suas ainda reduzidas contribuições no total do valor de transformação industrial desta indústria.

Assim, a ampliação da produção de bens finais na matriz industrial baiana, conformando uma estrutura diversificada não tanto concentrada em bens intermediários como vinha sendo desde a consolidação industrial deste estado, assim como a emergência de novos vetores de expansão para esta indústria, tal como o segmento de informática, indica um leve processo de reestruturação vigorando nesta configuração produtiva. Entretanto, a intensidade deste processo não se mostrou suficiente para desintegrar a concentração de valor em dois principais segmentos, o que acaba mantendo a dinâmica industrial do estado da Bahia subordinada ao comportamento destes setores e dependente da dinâmica de outras indústrias que alimentam a produção destes segmentos principais.

Por fim, ficam algumas ressalvas acerca de possíveis desdobramentos futuros a partir deste estudo, com a possibilidade de trabalhar os indicadores com base em níveis de desagregação maiores e mais específicos, dos valores da variável-base em sua distribuição setorial, para que passem a captar melhor essas modificações estruturais na configuração industrial local.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o “enigma baiano”. **Planejamento – Revista da CPE** (Comissão de Planejamento Econômico). Salvador, v. 4, p. 123-136, out/dez. 1977.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Coords.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: Edufba, 2006. 185p.

BALANCO, Paulo Antônio de Freitas; BUSATO, Maria Isabel; PINTO, Eduardo Costa. Acumulação do capital, dimensões espaciais e desigualdades regionais brasileiras. In: SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Desenvolvimento regional: análises do nordeste e da Bahia**. Salvador: SEI, 2006, p. 9-35. (Série de Estudos e Pesquisas, 73). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_73.zip>. Acesso em: 26 maio 2008.

BALANCO, Paulo Antônio de Freitas; NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período 1990-2000. **Revista Desenhahia**. Salvador, v.2, n.3, p. 35-59, set. 2005.

BALANCO, Paulo Antônio de Freitas; NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Comportamento espacial e estrutural da indústria baiana no período 1994-2003. **Revista Desenhahia**. Salvador, v.3, n.5, p. 7-29, set. 2006.

BALANCO, Paulo Antônio de Freitas; SANTANA, Geidson Uilson Seixas. A indústria de transformação do Nordeste no período 1994-2005: uma análise espacial e estrutural. **Revista Desenhahia**. Salvador, v. 4, n. 7, p. 87-103, set. 2007.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). Histórico do banco. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/Content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_principal.asp>. Acesso em: 19 maio 2008.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 101-141, jun., 1997.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, IE.1998. 322 p. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 1).

CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de; PESSOTI, Gustavo Casseb; PEREIRA, Ítalo Guanais Aguiar. **Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2002. p.7-23. (Série de Estudos e Pesquisas, 57).

CAVALCANTE, Ricardo; MACÊDO, Walter. **Incentivos fiscais, fundos e orçamento regionalizado**: uma proposta para a nova Sudene. Salvador: Desenhahia, jan. 2003. (Texto para Discussão, n.02/032). Disponível em: <http://www.desenhahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7BFAE4880D-9553-44C6-9E96-5D6FDA8256FB%7D_incentivos_fiscais.pdf>. Acesso em: 28 abril 2008.

DINIZ, Clélio Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), jun. 1995. (Texto para Discussão, n. 375). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 14 out. 2007.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. (Texto para discussão, n.159). Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/textos_para_discussao_7.php>. Acesso em: 07 out. 2007.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.3, n.1, set. 1993.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.6, n.1, jul. 1996.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA (FIEB). Superintendência de Desenvolvimento Industrial (SDI). **Uma agenda para a indústria da Bahia: 2007 - 2010**. Salvador, 2007. 29 p. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/sistema/home/AgendaIndustriaBahia_2007_2010.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA (FIEB). **Pesquisa industrial anual (PIA) – 2004** (sinopse). Sistema FIEB. Superintendência do Desenvolvimento Industrial (SDI). Salvador: FIEB, 2006. 86 p. Anual.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Visão geral da indústria baiana nos anos 90**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2002. p. 53-64. (Série de Estudos e Pesquisas, 57).

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do Plano Real**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. 294 p.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. Planejamento e políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997. p. 41-95.

HADDAD, Paulo Roberto. Medidas de localização e de especialização. In: _____ (Org.). **Economia regional, teoria e métodos de análise**. Fortaleza, BNB, 1989.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Pesquisa Industrial Anual. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PI&z=p&o=16>>. Acesso em: 10 set. 2008.

MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Tendências da economia baiana**. Salvador: Desenbahia, 2000. p. 23-56.

NASCIMENTO, Carla Janira Souza do. O setor industrial baiano sob a ótica do PIB. In: SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais**. Salvador: SEI, 2002. p. 117-124. (Série de Estudos e Pesquisas, 58).

NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.7, n.14, p. 145-178, dez. 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste**. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.6, p.113-140, jun. 1996.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial?** tendências recentes dos indicadores de produção e do investimento industrial. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mar. 1999. (Texto para discussão, n. 633).

PESSOTI, Gustavo Casseb; FIGUEIRÔA, Edmundo Sá Barreto. Transformações estruturais, análise conjuntural e alterações metodológicas: um balanço da economia baiana pela ótica do

PIB – 2002-2005. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), v. 17, n. 3, p. 1095-1108, out./dez. 2007.

SABÓIA, João. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 85-122, dez. 2001.

SANTANA, Geidson Uilson Seixas. Indústria de transformação do Nordeste (1994 -2006): comportamento espacial, estrutural e evidências de aglomerações produtivas. 2008. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2008.

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. Por que novo desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de; SIFFERT FILHO, Nelson Fontes. Desenvolvimento regional no Brasil: tendências e novas perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 79-118, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/rev16a20.asp>>. Acesso em: 14 out. 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Tabelas de Resultados. In: SEI. **O PIB da Bahia 1975-2000**: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 57-100. (Série de Estudos e Pesquisas, 58).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Coordenação de Contas Regionais. **Deflatores implícitos do produto interno bruto** - metodologia antiga das contas regionais. Salvador: SEI, 2008.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), v.10, n.1, p. 87-98, jul. 2000.

UDERMAN, Simone. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. **Revista Desenhahia**. Salvador, v. 2, n. 3, p. 7-34, set. 2005.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro; SOUZA, Roberta Lourenço de. PIB baiano: uma análise do período 1975/2000. In: SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **O PIB da Bahia 1975-2000**: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 103-110. (Série de Estudos e Pesquisas, 58).

APÊNDICES

APÊNDICE A – VTI (Em mil Reais) BA; NE e BR - 1996

Valor de Transformação Industrial (1996): BA; NE e BR – (Mil Reais)

SETOR - CNAE/IBGE	BA	NE	BR
Fabricação de alimentos e bebidas	647.867	3.098.186	28.018.982
Fabricação de produtos têxteis	81.277	885.578	5.375.986
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	15.703	392.032	3.573.978
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	189.283	290.637	6.027.545
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	415.742	844.040	9.152.927
Fabricação de produtos químicos	1.703.483	2.492.561	19.935.905
Fabricação de artigos de borracha e plástico	111.475	263.721	6.529.652
Metalurgia básica	307.019	740.712	8.678.520
Fabricação de máquinas e equipamentos	101.959	296.334	11.122.914
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	15.464	19.125	950.257
Fab. de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	8.524	25.087	1.341.951
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	3.249	23.882	12.635.078
Outros	394.318	1.957.556	41.709.821
Indústria de Transformação	3.995.363	11.329.451	155.053.516

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.

APÊNDICE B – VTI (Em mil Reais) BA; NE e BR - 2000

Valor de Transformação Industrial (2000): BA; NE e BR – (Mil Reais)

SETOR - CNAE/IBGE	BA	NE	BR
Fabricação de alimentos e bebidas	1.013.882	4.328.064	35.987.584
Fabricação de produtos têxteis	161.906	1.439.786	7.216.394
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	154.801	913.680	4.883.291
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	755.513	872.036	11.059.931
Fab. de coque, refino de petróleo, elab. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	3.231.848	3.456.151	28.707.873
Fabricação de produtos químicos	2.322.550	3.417.888	29.755.147
Fabricação de artigos de borracha e plástico	139.822	387.827	9.383.193
Metalurgia básica	675.646	1.657.930	15.868.574
Fabricação de máquinas e equipamentos	112.550	334.835	13.399.019
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	444.196	451.212	2.809.090
Fab. de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	9.517	44.035	2.301.425
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	3.608	69.267	17.672.102
Outros	665.428	3.141.338	61.275.908
Indústria de Transformação	9.691.267	20.514.049	240.319.531

Fonte: Elaborada a partir da base de dados da PIA/SIDRA-IBGE.